



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

**EDITAL Nº 001/2011/PGJ**

**Processo Administrativo nº PGJ/10/1073/2011**

**ABERTURA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO  
MODALIDADE CONCURSO PARA CONTRATAÇÃO  
DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS  
ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA ADVOCACIA,  
SERVIÇO SOCIAL E PSICOLOGIA, PARA  
ASSESSORAMENTO NA CENTRAL E NÚCLEOS DE  
ACOMPANHAMENTO DE PENAS E MEDIDAS  
ALTERNATIVAS EM FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE  
DOURADOS E DEODÁPOLIS – MS.**

O Presidente da Comissão Especial para realização da Licitação modalidade Concurso, visando a implementação do Convênio MJ/129/2010 (Anexo I) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul firmado com a União por intermédio do Ministério da Justiça, através do Departamento Penitenciário Nacional, constituída pela Portaria nº 322/2011-PGJ, de 14.3.2011, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER:

A todos quanto o presente **EDITAL** virem ou dele tiverem conhecimento que, na forma das normas contidas no **artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal** combinado com o **artigo 13, §1º da Lei nº 8.666/93**, e suas posteriores alterações, ficam abertas **das 08h às 18horas dos dias 14 de junho a 28 de julho de 2011**, na Procuradoria Geral de Justiça, localizada na rua Presidente Manuel Ferraz de Campo Sales, 214, Parque dos Poderes, em Campo Grande/MS as inscrições ao Concurso para contratação de serviços técnicos profissionais especializados de **01 (um) Advogado, 03 (três) Assistentes Sociais e 03 (três) Psicólogos**, por prazo determinado, para auxiliarem na execução do **Convênio MJ/Nº 129/2010**, firmado com a **União** por intermédio do Ministério da Justiça, através do Departamento Penitenciário Nacional e o **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul** para atuarem junto a Central e Núcleos de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas localizados em Fátima do Sul, Glória de Dourados e Deodápolis, mediante as condições determinadas neste Edital e demais dispositivos legais aplicados à espécie.

## **1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1.** Esta Licitação será regida por este Edital e terá consonância com os termos e objetivos do **Convênio MJ/Nº 129/2010**, podendo o mesmo ser alterado mediante termo aditivo.

**1.1.1** – O prazo de vigência das contratações é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante termos aditivo, a critério da Administração, mas nunca superior ao prazo de vigência ao **Convênio MJ/Nº 129/2010**.

**1.2.** É vedada a participação na Licitação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, de membro do Ministério da Justiça, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a Portaria nº 136/07 do Departamento Penitenciário Federal/Ministério da Justiça, inclusive, dos membros da Comissão Especial de Licitação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

## **2. DO OBJETO E VALOR**

**2.1.** O procedimento licitatório que cuida o presente Edital destina-se a contratação de 07 (sete) profissionais técnicos especializados, distribuídos conforme **ANEXO II** deste edital.

**2.2.** A valor do contrato será R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais) dividido em parcelas fixas de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais) mensais para o profissional de advocacia, e R\$ 28.800,00 (vinte oito mil e oitocentos reais), dividido em parcelas fixas de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) mensais para os profissionais de serviço social e psicologia, descontando-se de tais valores os tributos a serem recolhidos.

**2.3.** Não haverá nenhum tipo de auxílio como vale transporte, alimentação, plano de saúde e outros.

## **3. DA HABILITAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

**3.1** – As inscrições para concorrerem ao objeto deste certame serão encaminhadas à Comissão Especial de Licitação, e recebidas entre os dias 14 de junho a 28 de julho de 2011, das 8 às 18 horas, no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul/Procuradoria-Geral de Justiça, localizada na rua Presidente Manuel Ferraz de Campo Sales, nº 214 - Jardim Veraneio - CEP 79031-907- Campo Grande/MS.

**3.2.** Os licitantes deverão preencher a Ficha de Inscrição do **Anexo III** e juntar cópia do diploma de graduação no curso correspondente ao serviço técnico especializado respectivo.

**3.3.** Somente serão aceitas as inscrições por via postal ou protocoladas na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, recebidas até a data limite que trata o item 3.1 deste edital.

**3.4.** Não haverá taxa de inscrição.

**3.5.** Todos licitantes deverão apresentar documento de identificação com foto em cada fase do certame.

**3.6.** O Edital estará disponível no sítio [www.mp.ms.gov.br](http://www.mp.ms.gov.br)

## **4. DO PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE CONCURSO**

**4.1.** A Licitação será constituída de análise curricular e posterior entrevista.

**4.2.** As etapas da Licitação serão respectivamente eliminatórias e classificatórias.

**4.2.1.** A pontuação dos títulos será estabelecida conforme os quadros de pontuação do **Anexo IV**.

**4.3.** As entrevistas serão realizadas por um dos membros Comissão Especial de Licitação, conforme o cargo pleiteado.

**4.3.1.** A entrevista abrangerá aspectos da vida funcional e pessoal pregressa do licitante acerca das competências requeridas para cada serviço técnico profissional pleiteado.

**4.3.2.** A pontuação da entrevista será estabelecida conforme o quadro de pontuação do **Anexo V**.

**4.4.** As etapas da Licitação modalidade Concurso são as seguintes:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

<b>ETAPAS</b>	<b>PERÍODO/DATA</b>
Análise curricular	29/07/2011 a 01/08/2011.
Divulgação do resultado da análise curricular	02/08/2011
Apresentação de recurso da análise curricular	03/08/2011 a 04/08/2011
Divulgação do resultado do recurso da análise curricular	05/08/2011 a 09/08/2011
Convocação para entrevista	10/08/2011.
Entrevista para os serviços técnico especializados para os profissionais da área de Advocacia, Serviço Social e Psicologia.	11/08/2011 a 12/08/2011, com início às 08:00 horas, na cidade de Fátima do Sul, localizada na Rua Pedro Celestino, nº 766, Centro.
Divulgação do resultado final	16/08/2011.
Prazo recursal	24 horas do resultado final.

**4.5.** O resultado de cada fase do certame será publicado no local das inscrições e no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

**4.6.** O resultado final do certame será homologado pelo Secretário-Geral do Ministério Público Estadual, divulgado no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e afixado no local das inscrições.

## **5 . DA CLASSIFICAÇÃO**

**5.1.** Os licitantes aos serviços técnicos profissionais a área da Advocacia, Serviço Social e Psicologia serão classificados da seguinte forma:

<b>1ª FASE</b>	<b>2ª FASE</b>
<b>ANÁLISE DO CURRÍCULO</b>	<b>ENTREVISTA</b>
Conforme pontuação do <b>Anexo IV</b>	Conforme pontuação do <b>Anexo V</b>

**5.1.1** - Serão considerados classificados para 2ª fase os licitantes que obtiverem as melhores pontuações da análise curricular até 5 (cinco) vezes o número de contratações a serem efetuadas por área.

**5.1.2.** Na 2ª fase serão aprovados os licitantes com a maior pontuação na entrevista.

**5.2.** Os licitantes aprovados para prestarem serviços técnicos profissionais na área de Serviço Social e Psicologia deverão escolher a cidade (Fátima do Sul, Glória de Dourados e Deodápolis) observando-se a ordem de classificação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

## **6. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

**6.1.** Em caso de empate entre os licitantes terá preferência aquele com maior tempo de registro no respectivo órgão de classe, persistindo o empate terá preferência o mais idoso.

## **7. DA CONTRATAÇÃO**

**7.1.** Os licitantes selecionados serão contratados por ordem de classificação.

**7.2.** Os vencedores do certame deverão comparecer a Procuradoria-Geral de Justiça até 02 (dois) dias úteis após a homologação do resultado final no Diário Oficial do Ministério Público, munidos dos documentos descritos no item 7.4

**7.3.** O vencedor do certame que não se apresentar no prazo mencionado no item anterior será considerado desistente, sendo convocado o próximo licitante classificado.

**7.4.** No ato da contratação será necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- Cópias autenticadas da Cédula de Identidade, CPF e Título de Eleitor;
- Cópia do registro no respectivo conselho de classe;
- Cópia do PIS/PASEP;
- Certidão conjunta negativa de débitos aos tributos federais e dívida ativa da União (certidão disponível no sítio [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- Certidão negativa das contribuições previdenciárias (certidão disponível no sítio [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- Comprovante de endereço;
- Certificado de regularidade com o serviço militar obrigatório (Homem);
- Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral;
- Atestados médicos de capacidade física e mental para o desempenho das funções;
- Declaração de que não é servidor público Federal, Estadual ou Municipal, bem como de que não é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, de Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul ou de servidor investido no Cargo de Direção chefia ou Assessoramento do Ministério Público.

## **8. DAS ATRIBUIÇÕES**

**8.1.** Compete aos profissionais relacionados na tabela abaixo as seguintes atribuições:

<b>Funções</b>	
Advogado	Será o <b>Coordenador da Central de Apoio e dos Núcleos de Acompanhamento</b> , e responsável pelas atividades administrativas do Projeto, consistentes: a) Exercer, perante os órgãos públicos e privados, a representação da Central; b) Planejar, supervisionar, acompanhar e



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

	<p>coordenar a equipe interdisciplinar e todas as atividades desenvolvidas na Central;</p> <p>c) Realizar eventos que divulguem a Central e as PMAs;</p> <p>d) Realizar reuniões mensais com as instituições a fim de esclarecimentos de dúvidas e orientações, elaborando atas a serem encaminhadas à Procuradoria-Geral de Justiça;</p> <p>e) Facilitar a articulação com as entidades receptoras dos cumpridores;</p> <p>f) Articular os contatos com o Poder Judiciário, no sentido de divulgar o trabalho da Central, fomentando o envio dos infratores para que recebam apoio e acompanhamento da pena e da medida alternativa aplicada;</p> <p>g) Programar a realização de atividades de capacitação da equipe interdisciplinar;</p> <p>h) Programar a realização de atividades de capacitação e profissionalização do público alvo, junto a entidades públicas ou privadas;</p> <p>i) Assinar e controlar toda documentação expedida para os outros órgãos públicos e privada que mantenham relações com o NPMAs;</p> <p>j) Participar de reuniões mensais com a equipe interdisciplinar, para a avaliação do desenvolvimento das atividades, objetivando a integração da equipe e o planejamento periódico dos trabalhos;</p> <p>k) Realizar visitas, quando necessário;</p> <p>l) Junto à equipe multidisciplinar, capacitar as instituições receptoras;</p> <p>m) Emitir relatórios mensais das atividades desenvolvidas, encaminhando-os à Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, relatórios trimestrais e relatório final, encaminhando-os ao Depen - Ministério da Justiça.</p> <p><b>Como advogado, irá também desempenhar as seguintes funções:</b></p> <p>n) Realizar, com apoio da equipe multidisciplinar, o diagnóstico sobre os casos de presos condenados que podem ter sua pena privativa de liberdade</p>
--	--



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

	<p>substituída por pena restritiva de direitos.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>o) Formalizar os pleitos a serem encaminhados ao Tribunal de Justiça de todos os procedimentos necessários para viabilizar a liberdade provisória ou substituição penal.</li><li>p) Realizar análises jurídicas dos processos que chegam à Central, fornecendo subsídios aos demais profissionais para o encaminhamento do infrator;</li><li>q) Realizar análises jurídicas e responsabilizar-se pelos processos em suspensão condicional, substitutiva e transação penal;</li><li>r) Peticionar junto ao Poder Judiciário, sempre que identificados casos de conversão de pena, acompanhando o trâmite processual até a decisão de conversão;</li><li>s) Orientar o infrator acerca dos aspectos jurídicos da pena e/ou medida aplicada, assim como das consequências advindas do seu não cumprimento;</li><li>t) Fornecer suporte técnico-jurídico aos demais profissionais da equipe interdisciplinar;</li><li>u) Tratar com as instituições cadastradas sobre os aspectos legais dos Termos de Compromisso a serem firmados, bem como outras dúvidas relacionadas ao Projeto;</li><li>v) Informar os Juízos correspondentes sobre o andamento da execução da pena ou medida alternativa aplicada;</li><li>w) Realizar visitas, quando necessário;</li><li>x) Emitir relatórios mensais do setor jurídico, encaminhando-os à coordenação, referente às atividades desenvolvidas.</li></ul>
Assistente Social	<ul style="list-style-type: none"><li>a) Realizar a coleta de informações sobre a natureza das atividades das instituições, o número de vagas disponíveis, a habilitação exigida para o trabalho a ser realizado pelo prestador, as condições físicas e de pessoal para acompanhar o cumprimento da pena, as restrições quanto à espécie de delito praticado e os horários para a prestação de serviço;</li></ul>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

	<ul style="list-style-type: none"><li>b) Entrevistar os infratores, analisando suas condições sócio-econômicas, habilidades e potencialidades com a finalidade de viabilizar o cumprimento da pena ou medida alternativa aplicada, disponibilizando para tanto no mínimo 4 (quatro) horas diárias de segunda a sexta;</li><li>c) Realizar estudo de casos em conjunto com o psicólogo;</li><li>d) Fornecer avaliações sociais acerca da entrevista realizada, indicando a entidade compatível com o perfil psicossocial do infrator;</li><li>e) Acompanhar o infrator na entidade escolhida, a fim de esclarecer as condições de cumprimento da pena ou medida alternativa;</li><li>f) Monitorar o cumprimento da pena e/ou medida alternativa aplicada, verificando quaisquer anormalidades ocorridas quando das visitas realizadas;</li><li>g) Realizar mensalmente capacitações com as entidades e cumpridores visando a participação e envolvimento destas no cumprimento da determinação judicial;</li><li>h) Realizar visitas, quando necessário;</li><li>i) Emitir relatórios do setor de serviço social, encaminhando-os à coordenação, referente às atividades desenvolvidas;</li><li>j) Atender individualmente o cumpridor, quando solicitado.</li></ul>
Psicólogo	<ul style="list-style-type: none"><li>a) Realizar o levantamento das possíveis instituições assistenciais e de caráter filantrópicas ou públicas, sem fins lucrativos, a serem cadastradas na Central;</li><li>b) Entrevistar o infrator, traçando o seu perfil psicológico, objetivando analisar sua personalidade, bem como suas aptidões para o cumprimento da pena ou medida alternativa, disponibilizando para tanto no mínimo 4 (quatro) horas diárias de segunda a sexta;</li><li>c) Realizar estudo de casos em conjunto com o assistente social;</li><li>d) Fornecer pareceres psicológicos acerca do perfil traçado, no sentido de possibilitar a escolha da instituição</li></ul>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

	<p>adequada ao cumprimento da pena ou medida alternativa;</p> <p>e) Acompanhar o infrator na entidade escolhida, a fim de esclarecer as condições de cumprimento da pena ou medida alternativa;</p> <p>f) Monitorar o cumprimento da pena e/ou medida alternativa aplicada, na perspectiva primordial da ressocialização, verificando quaisquer anormalidades ocorridas quando das visitas realizadas;</p> <p>g) Realizar mensalmente capacitações com as Instituições e cumpridores para melhor recepção do prestador e conseqüente participação no processo de ressocialização;</p> <p>h) Emitir relatórios do setor de psicologia, encaminhando-os à coordenação, referente às atividades desenvolvidas;</p> <p>i) Realizar visitas, quando necessário;</p> <p>j) Atender individualmente o cumpridor, quando solicitado.</p>
--	--

## **9. DOS RECURSOS**

### **9.1. Caberá recurso ao Presidente da Comissão Especial de Licitação:**

9.1.1. Do indeferimento e do resultado na análise curricular, no prazo de 2 (dois) dias da divulgação do resultado.

9.1.2. Do resultado final, no prazo de 24 horas da divulgação.

**9.2. Os recursos deverão ser entregues mediante via postal ou pessoalmente, no prazo estipulado no item 9.1., no horário das 08 às 18 horas, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça.**

9.2.1. Os recursos deverão ser digitados ou datilografados.

**9.3 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes, que apontem as circunstâncias que os justifiquem e interpostos dentro do prazo.**

**9.4. No caso de provimento de recurso interposto poderá haver, eventualmente, alteração da classificação inicialmente obtida para uma classificação superior ou inferior.**

**9.5. O Presidente da Comissão Especial de Licitação constitui a última instância para os recursos, sendo soberana em sua decisão, razão pela qual não caberão recursos adicionais.**

**9.6. Serão preliminarmente indeferidos os recursos:**

a) cujo teor desrespeite a Comissão Especial de Licitação;

b) que estejam em desacordo com as especificações contidas neste

Capítulo;





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

c) sem fundamentação ou com fundamentação inconsistente ou incoerente.

**10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**10.1.** A inscrição do licitante implicará na aceitação prévia das normas contidas no presente Edital, bem como do respectivo convênio firmado com a UNIÃO.

**10.2.** Os casos omissos e as dúvidas de interpretação das normas reguladoras do procedimento licitatório modalidade concurso, porventura suscitadas, deverão ser encaminhadas, por escrito, à Comissão Especial de Licitação nos respectivos locais de inscrição.

Campo Grande, MS, 10 de junho de 2011.

***Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa***  
Promotor de Justiça  
Presidente da Comissão Especial de Licitação



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

---

# **ANEXO I**

**CONVÊNIO MJ 129/2010**

**PORTARIA INTERMINISTERIAL MPOG/MF/CGU nº 127, DE 29.05.2008**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

**CONVÊNIO MJ /N.º 129/2010**  
**SICONV N.º 750686/2010**

*CONVÊNIO que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Justiça, e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, visando à execução do "Projeto de Instalação de uma Central, em Fátima do Sul, e de dois Núcleos de acompanhamento de Penas e Medias Alternativas em Glória de Dourados e Deodápolis".*

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)**, CNPJ n.º 00.394.494/0001-36, situado na Esplanada dos Ministérios, bloco T, nesta Capital, doravante denominado **CONCEDENTE**, representado neste ato pelo **SECRETÁRIO EXECUTIVO**, Senhor **RAFAEL THOMAZ FAVETTI**, domiciliado na Esplanada dos Ministérios, bloco T, 3.º andar, sala 300-A, CEP 70.064-900, Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade n.º 5.377.775, emitida pela SSP/PR, e do CPF n.º 877.754.259-20, com competência delegada pelo Decreto de 19/02/2010, por meio do **DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL – DEPEN**, CNPJ n.º 00.394.494/0008-02, representado neste ato pelo seu **DIRETOR-GERAL**, Senhor **AIRTON ALOISIO MICHELS**, portador da Carteira de Identidade n.º 6020340888, expedida pelo SSP/RS, e do CPF n.º 221.895.210-68, com competência estabelecida no inciso X do art. 51 do Regimento Interno do DEPEN, aprovado pela Portaria Ministerial n.º 674, de 20 de março de 2008, e o **FUNDO ESPECIAL DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, CNPJ sob o n.º 03.464.870/0001-00, doravante denominado **CONVENENTE**, representado pelo **PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, Senhor **PAULO ALBERTO DE OLIVEIRA**, domiciliado na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, portador da Carteira de Identidade n.º 127.160, expedida pela SSP/MT, e do CPF n.º 220.322.311-15, nomeado para o cargo em 27/04/2010, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO SICONV Nº 750686/2010** em conformidade com o Processo n.º 08016.011036/2010-31, de acordo com as normas contidas na Constituição, na Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, na Lei n.º 12.017, de 12 de agosto de 2009 (LDO), na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, no que couber, nos Decretos n.ºs 93.872, de 23 de dezembro de 1986, 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, bem como na Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127, de 29 de maio de 2008 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente **CONVÊNIO** tem por objeto a cooperação dos partícipes na execução do Projeto de Instalação de uma Central, em Fátima do Sul, e de dois Núcleos de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

acompanhamento de Penas e Medias Alternativas em Glória de Dourados e Deodápolis, objetivando a ressocialização do beneficiário das penas e medidas alternativas, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelo Departamento Penitenciário Nacional.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pelo **CONVENENTE** e aprovado pelo **CONCEDENTE**, o qual passa a integrar este **CONVÊNIO**, independentemente de sua transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

I – O **CONCEDENTE** obriga-se a:

- 1) orientar e aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução do objeto deste **CONVÊNIO**;
- 2) repassar ao **CONVENENTE** os recursos financeiros correspondentes ao objeto deste **CONVÊNIO**, obedecendo ao **Cronograma de Desembolso** constante do **Plano de Trabalho**, e observados as normas legais pertinentes e o disposto na **CLÁUSULA QUARTA**;
- 3) incluir, no SICONV, relatório sintético trimestral sobre o andamento da execução do **CONVÊNIO**, na forma prevista no art. 53, § 3º Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127, de 29 de maio de 2008 e suas alterações;
- 4) examinar e aprovar a proposta de reformulação do Plano de Trabalho, desde que não implique mudança do objeto;
- 5) acompanhar a execução do **CONVÊNIO** por meio de um representante especialmente designado e registrado no SICONV, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias a regularização das falhas observadas, na forma do art. 53 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127, de 29 de maio de 2008 e suas alterações;
- 6) analisar e aprovar as prestações de contas final dos recursos da União e da contrapartida, aplicados na consecução do objeto deste **CONVÊNIO**, emitindo parecer sob o aspecto técnico, quanto à execução física e atendimento dos objetivos deste **CONVÊNIO**, e sob o aspecto financeiro, quanto à correta e regular aplicação dos recursos, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de seu recebimento;
- 7) prorrogar “de ofício” a vigência do **CONVÊNIO**, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- 8) enviar ao **CONVENENTE** cópia da Portaria n.º 1.156, de 20 de dezembro de 2001, que institui o Programa de Ações Afirmativas no âmbito do Ministério da Justiça;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

- 9) solicitar todos os documentos comprobatórios de despesa(s) efetuada(s) à conta dos recursos deste **CONVÊNIO** para fins de fiscalização;
- 10) dar ciência da assinatura deste **CONVÊNIO** à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva, no prazo de 10 (dez) dias da celebração do instrumento, e no caso de liberação de recursos o prazo será de 02 (dois) dias úteis; e
- 11) dar ciência ao **CONVENIENTE** sobre qualquer situação de irregularidade relativa à prestação de contas do uso dos recursos envolvidos que motive suspensão ou impedimento de liberação de novas parcelas, caso não haja regularização no período de até trinta dias, contados a partir do evento.

**II – O CONVENIENTE obriga-se a:**

- 1) atentar para as disposições da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127, de 29 de maio de 2008 e suas alterações;
- 2) usar obrigatoriamente o pregão, preferencialmente na forma eletrônica e, quando não couber, devidamente justificada na forma presencial, na contratação de bens e serviços comuns, nos termos da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto n.º 5.450/2005 e da Portaria Interministerial MP/MF n.º 217, de 31 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 1.º de agosto de 2006, observando o prazo limite estabelecido no art. 2.º da citada Portaria;
- 3) executar as atividades pactuadas na **CLÁUSULA PRIMEIRA**, observando os critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos previstos no Plano de Trabalho;
- 4) incluir em seu orçamento os recursos recebidos em transferência voluntária;
- 5) manter os recursos na conta bancária específica do **CONVÊNIO**, e somente utilizá-los para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro nas hipóteses previstas na Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127, de 29 de maio de 2008 e suas alterações;
- 6) realizar pagamentos exclusivamente por crédito em conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto quando o pagamento for devido a pessoa física que não possuir conta bancária, observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviço, e desde que uma única vez no decorrer da vigência deste Instrumento;
- 7) comprovar o cumprimento da contrapartida pactuada, que deverá ser depositada na conta bancária específica do instrumento em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

- 8) aplicar e gerir os recursos repassados por força deste Instrumento, **inclusive** os resultantes de sua eventual aplicação em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês e em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores, bem assim aqueles oferecidos em contrapartida, em conformidade do **Plano de Trabalho**, exclusiva e tempestivamente no cumprimento do objeto deste **CONVÊNIO**;
- 9) incluir regularmente no SICONV as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial n.º 127/2008, mantendo-os atualizados;
- 10) facilitar o acompanhamento pelo **CONCEDENTE**, permitindo-lhe, inclusive, visitas ao local da execução e fornecendo, sempre que solicitadas, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à aquisição e destinação dos equipamentos e materiais de consumo;
- 11) permitir o livre acesso de servidores dos órgãos do controle interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União aos processos, documentos, informações referentes a este **CONVÊNIO** e aos seus locais de execução;
- 12) inserir cláusula nos contratos celebrados para a execução deste **CONVÊNIO** que permita o livre acesso dos servidores do **CONCEDENTE**, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, referentes ao objeto contratado;
- 13) enviar ao **CONCEDENTE** documentação relativa aos procedimentos licitatório e contratual, inclusive informar previamente acerca dos aditivos contratuais, quando houver necessidade, conforme disposto na Lei n.º 8.666/93;
- 14) prestar contas final dos recursos recebidos, inclusive dos recursos da Contrapartida e das aplicações na forma e no prazo estabelecidos neste instrumento;
- 15) zelar pela conservação e manutenção dos bens adquiridos com recursos deste **CONVÊNIO**;
- 16) assegurar a qualidade técnica das atividades desenvolvidas no âmbito deste **CONVÊNIO**;
- 17) acompanhar e fiscalizar a execução do **CONVÊNIO**, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, respondendo inclusive pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

- 18) recolher à conta do **CONCEDENTE** o valor corrigido da contrapartida pactuada quando não comprovar a sua aplicação na consecução do objeto do **CONVÊNIO**;
- 19) abster-se de utilizar, nos empreendimentos resultantes deste **CONVÊNIO**, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de rescisão do instrumento conveniado e o ressarcimento dos recursos aplicados, acrescidos dos encargos legais;
- 20) responsabilizar-se por **todos** os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto do **CONVÊNIO**, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o **CONVÊNIO**;
- 21) garantir os direitos especialmente no que concerne à abolição de toda prática de tortura, o respeito e a promoção dos direitos da mulher e à abolição de toda forma de discriminação por razões de deficiência física, etnia, religião e orientação sexual, respeitando as orientações e diretrizes da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Políticas para a Mulher e da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial;
- 22) observar as normas contidas na Portaria Normativa n.º 05, de 19 dezembro de 2002, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, publicada no DOU de 9 de janeiro de 2003;
- 23) dar publicidade do Instrumento celebrado e dos recursos repassados pelo **CONCEDENTE**;
- 24) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste **CONVÊNIO**, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
- 25) restituir o eventual saldo de recursos ao **CONCEDENTE**, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras em caderneta de poupança e em aplicações e em fundo de aplicação de curto prazo, na forma proposta no art. 42, § 1º da Portaria Interministerial n.º 127/08, no prazo de 30 (trinta) dias da conclusão, extinção, denúncia ou rescisão do presente **CONVÊNIO**;
- 26) aderir ao Programa de Ações Afirmativas instituído pela Portaria Ministerial MJ n.º 1.156, de 20 de dezembro de 2001, e pelo Decreto n.º 4.228, de 13 de maio de 2002, comprometendo-se a envidar todos os esforços necessários à consecução dos objetivos propostos no Programa Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça;
- 27) observar, no que for aplicável, a Resolução n.º 01 do CNPCP, de 29 de abril de 2008, gestionando junto à Secretária responsável pela Execução Penal, visando à estrita observância do documento referido;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

- 28) apresentar relatório trimestral sobre a execução físico-financeira do **CONVÊNIO**, conforme disposto no art. 5.º da Portaria n.º 3.746, de 17 de dezembro de 2004, que institui o Programa de Transparência do Ministério da Justiça;
- 29) dar ciência da celebração ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver, na forma disposta no art. 36 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127, de 29 de maio de 2008 e suas alterações;
- 30) disponibilizar, conforme art. 41, parágrafo único, por meio da Internet ou, na sua falta, em sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do **CONVÊNIO** ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação de recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado. Essa exigência pode ser suprida com a inserção de link na página oficial do órgão ou entidade **CONVENIENTE** que possibilite acesso direto ao Portal de Convênios.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

Para a execução das atividades previstas neste **CONVÊNIO**, os recursos serão da ordem de **R\$ 499.991,84 (Quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e um reais e oitenta e quatro centavos)**, assim discriminados:

**I - CONCEDENTE:**

- a. **R\$ 449.992,66 (Quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e dois reais e sessenta e seis centavos)** à conta do Orçamento Fiscal da União para 2010, Lei n.º 12.214, de 26 de janeiro de 2010, Programa de Trabalho: 14.421.0661.2730.00001, Elementos de Despesa: 3.3.30.41 e 4.4.30.42, Fonte de Recursos n.º 0118, Notas de Empenho n.º 2010NE900066 no valor de **R\$ 320.280,32 (Trezentos e vinte mil, duzentos e oitenta reais e trinta e dois centavos)** e Nota de Empenho n.º 2010NE900067 no valor de **R\$ 129.712,32 (Cento e vinte e nove mil, setecentos e doze reais e trinta e dois centavos)**, ambas de 08/12/2010.

**II - CONVENIENTE:**

- a. **R\$ 49.999,18 (Quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e dezoito centavos)**, relativos à contrapartida financeira, correspondentes ao percentual de 10%, conforme a Lei n.º 12.017, de 12 de agosto de 2009, consignados por meio da Lei Estadual n.º 3.825, de 22/12/2009. Programa de Trabalho: 03.091.0005.2071.0000, Natureza da Despesa: 3.3.90.39 e Fonte: 040.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

**III - ALOCAÇÃO DE RECURSOS:**

- a. Os recursos repassados pelo **CONCEDENTE** serão alocados no Orçamento do **CONVENIENTE** no Programa de Trabalho: 03.091.0005.2071.0000, Natureza da Despesa: 3.3.90.39 e Fonte: 040.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Na hipótese de o objeto deste **CONVÊNIO** vir a ser alcançado com a utilização parcial dos recursos financeiros postos à disposição pelo **CONCEDENTE**, considerar-se-á, para todos os efeitos, a mesma proporcionalidade de participação, tanto do **CONCEDENTE** como do **CONVENIENTE**, conforme prevista no caput desta **CLÁUSULA**, devendo essa proporcionalidade de participação ser observada para efeito do cálculo de restituição ao **CONCEDENTE** do saldo não aplicado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos financeiros serão liberados em parcela única, de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, aprovado pelo DEPEN.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A liberação das parcelas do **CONVÊNIO** será suspensa até a correção das impropriedades e/ou irregularidades verificadas pelo **CONCEDENTE**, que notificará, de imediato, o **CONVENIENTE**, a fim de proceder ao saneamento requerido, apresentar justificativas ou cumprir a obrigação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o **CONCEDENTE** disporá do prazo de 10 (dez) dias para apreciá-los e decidir quanto à aceitação das justificativas apresentadas, sendo que a apreciação fora do prazo previsto não implica aceitação das justificativas apresentadas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Caso não haja a regularização da pendência no prazo previsto, o ordenador de despesas da unidade **CONCEDENTE** determinará a instauração da tomada de contas especial do responsável, procedendo ao registro de inadimplência do **CONVENIENTE** no **SICONV**.

**CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL**

A utilização temporária de pessoal que se tornar necessária para a execução do objeto deste **CONVÊNIO** não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista ou previdenciária para o **CONCEDENTE**.

**CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos referentes ao presente **CONVÊNIO**, liberados pelo **CONCEDENTE** e pelo **CONVENIENTE**, serão mantidos, exclusivamente, na **conta n.º 62375, Agência 2576-3, Banco do Brasil SA**, da cidade de Campo Grande, do Estado de Mato Grosso do Sul.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### Procuradoria-Geral de Justiça

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos deste **CONVÊNIO**, que só poderão ser utilizados de acordo com a previsão do **Plano de Trabalho**, enquanto não empregados na sua finalidade, serão aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundos de aplicação financeira de curto prazo, ou, ainda, em operação no mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto do **CONVÊNIO**, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos. E as receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida devida pelo **CONVENIENTE**.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

É dever do **CONCEDENTE** exercer controle e fiscalização sobre a execução, mediante a supervisão e acompanhamento das atividades inerentes ao objeto deste Instrumento, por meio do representante do **CONCEDENTE**, especialmente designado e registrado no SICONV, solicitando do **CONVENIENTE** a imediata correção de eventuais desvios detectados. Poderá ainda o **CONCEDENTE** assumir ou transferir a responsabilidade pela execução, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar sua descontinuidade.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O **CONVENIENTE** fica obrigado, nos termos do Capítulo VI da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127, de 29 de maio de 2008, a apresentar a Prestação de Contas dos recursos transferidos pelo **CONCEDENTE**, dos recursos de Contrapartida e os de rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro, que será composta além dos documentos e informações apresentados pelo **CONVENIENTE** no SICONV, do seguinte:

- a) relatório do cumprimento do objeto;
- b) declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- c) relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos com os recursos do **CONCEDENTE**, quando for o caso;
- d) relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;
- e) relação dos serviços prestados, quando for o caso;
- f) comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e
- g) termo de compromisso por meio do qual o **CONVENIENTE** obriga-se a manter os documentos relacionados a este **CONVÊNIO** pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da data em que for aprovada a prestação de contas.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

A Prestação de Contas deverá ser apresentada ao **CONCEDENTE** em até **30 (trinta) dias** após o término da vigência do presente **CONVÊNIO** ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior àquela do encerramento da



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

vigência. Oportunidade em que o **CONCEDENTE** deverá registrar, no SICONV, o recebimento da prestação de contas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Se, ao término do prazo estabelecido, o **CONVENENTE** não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos nos termos da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127, de 29 de maio de 2008, o **CONCEDENTE** registrará a inadimplência no SICONV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para fins de instauração de tomada de contas especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos em nome do **CONVENENTE** e devidamente identificados com referência ao título e número deste **CONVÊNIO**. Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da aprovação da prestação de contas ou da tomada de contas do Gestor/**CONVENENTE** pelo Tribunal de Contas da União – TCU, relativa ao exercício da concessão.

**PARÁGRAFO QUARTO**

Obriga-se o **CONVENENTE** a apresentar, por cópia autenticada, todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste **CONVÊNIO**, a qualquer tempo e a critério do **CONCEDENTE**, sujeitando-se, no caso de violação ao disposto nesta Parágrafo, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos da alínea “c” da Cláusula Nona deste Instrumento, na hipótese da não-remessa do documento no prazo estipulado na respectiva notificação de cobrança.

**PARÁGRAFO QUINTO**

Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato no SICONV e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência.

**CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS**

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Instrumento, o **CONVENENTE**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, é obrigado a recolher à **CONTA ÚNICA DO TESOUREIRO NACIONAL**:

- a. o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros repassados, informando o número e a data do **CONVÊNIO**;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

- b. o valor total transferido atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:
  - b.1) quando não for executado o objeto da avença;
  - b.2) quando não for apresentada, no prazo exigido, a **Prestação de Contas**;
  - b.3) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste **CONVÊNIO**;
- c. o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais;
- d. o valor correspondente ao percentual da contrapartida pactuada, não aplicado na consecução do objeto conveniado, na forma prevista do Plano de Trabalho, atualizado monetariamente; e
- e. o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha havido a aplicação.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

O saldo dos recursos não utilizados no objeto do **CONVÊNIO** deverão ser restituídos ao Tesouro Nacional por meio da Guia de Recolhimento da União-GRU/STN, na UG 200333, Gestão 0001, Código 28850-0 (exercício anterior) e/ou Código 18806-9, no mesmo exercício.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente **CONVÊNIO** será de 16 (dezesesseis) meses e 29 (vinte e nove) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Findo o prazo a que se refere a cláusula supra, tem a unidade executora 30 (trinta) dias para **Prestação de Contas**, na forma da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127/2008.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO**

Este **CONVÊNIO** poderá ser alterado, se houver interesse dos partícipes, bem como seu prazo de vigência prorrogado por meio de Termo Aditivo e mediante proposta do **CONVENENTE**, devidamente justificada, a ser apresentada em prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, antes do término de sua vigência, desde que não haja mudança do objeto, na forma prevista pelo art. 37 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127/2008.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Excepcionalmente, mediante justificativa, o **CONVENENTE**, conforme o caso, poderá solicitar reformulação do Plano de Trabalho, quando se tratar apenas de alteração da programação de execução, que será previamente apreciada pela área técnica e submetida à aprovação da autoridade competente do **CONCEDENTE**, vedada, porém, a



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

mudança do objeto ainda que parcial, mesmo que não haja alteração da classificação econômica da despesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS BENS REMANESCENTES**

Os bens adquiridos, produzidos ou construídos com os recursos oriundos deste instrumento e remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente **CONVÊNIO** serão de propriedade do **CONVENENTE**, nos termos do Decreto n.º 99.658, de 30 de outubro de 1990, e da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127, de 29 de maio de 2008.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Findo o **CONVÊNIO**, observado o fiel cumprimento do objeto nele proposto e verificada a necessidade de assegurar a continuidade do projeto na finalidade prevista, os bens serão incorporados automaticamente ao patrimônio do **CONVENENTE**, independentemente de termo de doação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

Este **CONVÊNIO** poderá ser denunciado ou rescindido, a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença. A rescisão do **CONVÊNIO**, quando resultar dano ao erário, ensejará instauração de Tomada de Contas Especial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O **CONVÊNIO** poderá, rescindido nas seguintes situações:

- a. o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- b. constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; e
- c. a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA AÇÃO PROMOCIONAL**

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste **CONVÊNIO** deverá ser, obrigatoriamente, destacada a participação do **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Fica vedado aos partícipes utilizar, nos empreendimentos resultantes deste **CONVÊNIO**, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1.º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de rescisão do instrumento conveniado e ressarcimento dos recursos aplicados, acrescidos dos encargos legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GLOSA DA DESPESA**

Serão glosadas as despesas realizadas em descumprimento às cláusulas avençadas e às normas pertinentes quais sejam:

- a) realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

- b) pagar, a qualquer título servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- c) alterar o objeto do **CONVÊNIO**, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado;
- d) utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
- e) realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- f) efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento;
- g) realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- h) transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar; e
- i) realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE OCORRÊNCIAS**

Todas as comunicações relativas ao presente **CONVÊNIO** serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas por carta protocolada, fax ou e-mail institucional, sem prejuízo da posterior remessa dos originais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

As comunicações dirigidas ao **CONVENIENTE** deverão ser entregues no seguinte endereço: **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul** - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, CEP 79.070-229, Campo Grande/MS.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

As comunicações dirigidas ao **CONCEDENTE** deverão ser entregues no seguinte endereço: **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA** – Departamento Penitenciário Nacional, Anexo II, 6.º andar, sala 633 – Esplanada dos Ministérios, bloco T, CEP 70.064-900, Brasília/DF.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

As alterações de endereços e de número de tele-fax ou telefone de quaisquer partícipes deverão ser atualizadas regularmente no SICONV.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

A publicação resumida deste **CONVÊNIO** no Diário Oficial da União será providenciada pelo **CONCEDENTE** até vinte dias a contar de sua assinatura.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

---

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

As causas e conflitos oriundos do presente **CONVÊNIO**, não resolvidos entre os partícipes com prévia tentativa de solução administrativa com participação da Advocacia- Geral da União, serão processados e julgados originariamente pela Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, em conformidade com o inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E por estarem acordes, o **CONCEDENTE** e o **CONVENENTE** firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 22 de dezembro de 2010.

**RAFAEL THOMAZ FAVETTI**

Secretário-Executivo  
do Ministério da Justiça

**PAULO ALBERTO DE OLIVEIRA**

Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público  
do Estado do Mato Grosso do Sul

**AIRTON ALOISIO MICHELS**

Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional

**TESTEMUNHAS:**

Nome:

Identidade:

CPF:

Nome:

Identidade:

CPF:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

**Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29.05.2008**

Estabelece normas para execução do disposto no Decreto nº 6.170, de 25.07.2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.

OS MINISTROS DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, DA FAZENDA e DO CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA, no uso da atribuição que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no [art. 18 do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007](#), resolvem:

**TÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Portaria regula os convênios, os contratos de repasse e os termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.

§ 1º Para os efeitos desta Portaria, considera-se:

I - concedente - órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, responsável pela transferência dos recursos financeiros ou pela descentralização dos créditos orçamentários destinados à execução do objeto do convênio;

II - contratado - órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo com a qual a administração federal pactua a execução de contrato de repasse;

III - contratante - órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta da União que pactua a execução de programa, projeto, atividade ou evento, por intermédio de instituição financeira federal (mandatária) mediante a celebração de contrato de repasse;

IV - contrato de repasse - instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União;





## **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

### **Procuradoria-Geral de Justiça**

V - conveniente - órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, bem como entidade privada sem fins lucrativos, com o qual a administração federal pactua a execução de programa, projeto/atividade ou evento mediante a celebração de convênio;

VI - convênio - acordo ou ajuste que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação;

VII - consórcio público - pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei 11.107, de 6 de abril de 2005;

VIII - dirigente - aquele que possua vínculo com entidade privada sem fins lucrativos e detenha qualquer nível de poder decisório, assim entendidos os conselheiros, presidentes, diretores, superintendentes, gerentes, dentre outros;

IX - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;

X - etapa ou fase - divisão existente na execução de uma meta;

XI - interveniente - órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo, ou entidade privada que participa do convênio para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio;

XII - meta - parcela quantificável do objeto descrita no plano de trabalho;

XIII - objeto - o produto do convênio ou contrato de repasse ou termo de cooperação, observados o programa de trabalho e as suas finalidades;

XIV - padronização - estabelecimento de critérios a serem seguidos nos convênios ou contratos de repasse com o mesmo objeto, definidos pelo concedente ou contratante, especialmente quanto às características do objeto e ao seu custo;

XV - projeto básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra ou serviço de engenharia e a definição dos métodos e do prazo de execução;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

XVI - proponente - órgão ou entidade pública ou privada sem fins lucrativos credenciada que manifeste, por meio de proposta de trabalho, interesse em firmar instrumento regulado por esta Portaria;

XVII - termo aditivo - instrumento que tenha por objetivo a modificação do convênio já celebrado, vedada a alteração do objeto aprovado;

XVIII - termo de cooperação - instrumento de descentralização de crédito entre órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, para executar programa de governo, envolvendo projeto, atividade, aquisição de bens ou evento, mediante Portaria ministerial e sem a necessidade de exigência de contrapartida;

XIX - termo de parceria - instrumento jurídico previsto na Lei 9.790, de 23 de março de 1999, para transferência de recursos para organizações sociais de interesse público; e

XX - termo de referência - documento apresentado quando o objeto do convênio contrato de repasse ou termo de cooperação envolver aquisição de bens ou prestação de serviços, que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos e o prazo de execução do objeto.

§ 2º A descentralização da execução por meio de convênios ou contratos de repasse somente poderá ser efetivada para entidades públicas ou privadas para execução de objetos relacionados com suas atividades e que disponham de condições técnicas para executá-lo.

§ 3º Os órgãos ou entidades da administração pública de qualquer esfera de governo que recebam as transferências de que trata o *caput* deverão incluí-las em seus orçamentos.

§ 4º A União não está obrigada a celebrar convênio ou contrato de repasse.

§ 5º Na hipótese de o convênio ou contrato de repasse vir a ser firmado por entidade dependente ou órgão de Estado, Distrito Federal ou Município, o Chefe do Poder Executivo desse ente deverá participar no instrumento a ser celebrado como interveniente, caso não haja delegação de competência.

§ 6º Os convênios e contratos de repasse referentes a projetos financiados com recursos de origem externa deverão contemplar, no que couber, além do disposto nesta Portaria, os direitos e obrigações constantes dos respectivos Acordos de Empréstimos ou Contribuições Financeiras não reembolsáveis celebrados pela União com Organismos Internacionais, agências governamentais estrangeiras, organizações multilaterais de crédito ou organizações supranacionais.

Art. 2º Não se aplicam as exigências desta Portaria aos convênios e contratos de repasse:

I - cuja execução não envolva a transferência de recursos entre os partícipes;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

II - celebrados anteriormente à data de sua publicação, devendo ser observadas, neste caso, as prescrições normativas vigentes à época de sua celebração, podendo, todavia, se lhes aplicar naquilo que beneficiar a consecução do objeto do convênio;

III - destinados à execução descentralizada de programas federais de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, médica e educacional, ressalvados os convênios em que for prevista a antecipação de recursos;

IV - que tenham por objeto a delegação de competência ou a autorização a órgãos ou entidades de outras esferas de governo para a execução de atribuições determinadas em lei, regulamento ou regimento interno, com geração de receita compartilhada;

V - homologados pelo Congresso Nacional ou autorizados pelo Senado Federal naquilo em que as disposições dos tratados, acordos e convenções internacionais, específicas, conflitam com esta Portaria, quando os recursos envolvidos forem integralmente oriundos de fonte externa de financiamento;

VI - relativos aos casos em que lei específica discipline a transferência de recursos para execução de programas em parceria do Governo Federal com governos estaduais, municipais e do Distrito Federal; e

VII - relativos às transferências formalizadas sob a abrangência da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, e dos Decretos nº 3.518, de 20 de junho de 2000, nº 6.044 de 12 de fevereiro de 2007 e nº 6.231, de 11 de outubro de 2007.

Art. 3º Os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial dos convênios, contratos de repasse e termos de cooperação serão realizados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, aberto à consulta pública, por meio do Portal dos Convênios.

§ 1º Os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no SICONV, serão nele registrados.

§ 2º Para a celebração dos instrumentos regulados por esta Portaria, os órgãos, entidades e entes a que se refere o art. 1º devem estar cadastrados no SICONV.

§ 3º O conveniente ou contratado deverá manter os documentos relacionados ao convênio e contrato de repasse pelo prazo de dez anos, contado da data em que foi aprovada a prestação de contas.

Art. 4º Os órgãos e entidades da Administração Pública federal que pretenderem executar programas, projetos e atividades que envolvam transferências de recursos financeiros deverão divulgar anualmente no SICONV a relação dos programas a serem executados de forma descentralizada e, quando couber, critérios para a seleção do conveniente ou contratado.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

§ 1º A relação dos programas de que trata o *caput* será divulgada em até sessenta dias após a sanção da Lei Orçamentária Anual e deverá conter:

I - a descrição dos programas;

II - as exigências, padrões, procedimentos, critérios de elegibilidade e de prioridade, estatísticas e outros elementos que possam auxiliar a avaliação das necessidades locais; e

III - tipologias e padrões de custo unitário detalhados, de forma a orientar a celebração dos convênios e contratos de repasse.

§ 2º Os critérios de elegibilidade e de prioridade deverão ser estabelecidos de forma objetiva, com base nas diretrizes e objetivos dos respectivos programas, visando atingir melhores resultados na execução do objeto, considerando, entre outros aspectos, a aferição da qualificação técnica e da capacidade operacional do conveniente ou contratado.

§ 3º O concedente ou contratante deverá adotar procedimentos claros, objetivos, simplificados e padronizados que orientem os interessados, de modo a facilitar o seu acesso direto aos órgãos da administração pública federal.

**CAPÍTULO I**  
**DO CHAMAMENTO PÚBLICO**

Art. 5º Para a celebração dos instrumentos regulados por esta Portaria, o órgão ou entidade da Administração Pública Federal poderá, com vista a selecionar projetos e órgãos ou entidades que tornem mais eficaz a execução do objeto, realizar chamamento público no SICONV, que deverá conter, no mínimo:

I - a descrição dos programas a serem executados de forma descentralizada; e

II - os critérios objetivos para a seleção do conveniente ou contratado, com base nas diretrizes e nos objetivos dos respectivos programas.

§ 1º Deverá ser dada publicidade ao chamamento público, pelo prazo mínimo de quinze dias, especialmente por intermédio da divulgação na primeira página do sítio oficial do órgão ou entidade concedente, bem como no Portal dos Convênios.

§ 2º A qualificação técnica e capacidade operacional da entidade privada sem fins lucrativos será aferida segundo critérios técnicos e objetivos a serem definidos pelo concedente ou contratante, bem como por meio de indicadores de eficiência e eficácia estabelecidos a partir do histórico do desempenho na gestão de convênios ou contratos de repasse celebrados a partir de 1º de julho de 2008.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

**CAPÍTULO II**  
**DAS VEDAÇÕES**

Art. 6º É vedada a celebração de convênios e contratos de repasse:

I - com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios cujo valor seja inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

II - com entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigentes, proprietários ou controladores:

a) membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros, e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau; e

b) servidor público vinculado ao órgão ou entidade concedente, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros, e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;

III - entre órgãos e entidades da Administração Pública federal, caso em que deverá ser firmado termo de cooperação;

IV - com órgão ou entidade, de direito público ou privado, que esteja em mora, inadimplente com outros convênios ou contratos de repasse celebrados com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, ou irregular em qualquer das exigências desta Portaria;

V - com pessoas físicas ou entidades privadas com fins lucrativos;

VI - visando à realização de serviços ou execução de obras a serem custeadas, ainda que apenas parcialmente, com recursos externos sem a prévia contratação da operação de crédito externo;

VII - com entidades públicas ou privadas cujo objeto social não se relacione às características do programa ou que não disponham de condições técnicas para executar o convênio ou contrato de repasse; e

VIII - com Estados, Distrito Federal ou Municípios, caso a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias público-privadas já contratadas por esses entes tenham excedido, no ano anterior, a 1% (um por cento) da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subseqüentes excederem a 1% (um por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios, conforme disposto no art. 28 da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

§ 1º Para fins de alcance do limite estabelecido no inciso I do *caput*, é permitido:



## **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

### **Procuradoria-Geral de Justiça**

I - consorciamento entre os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios; e

II - celebração de convênios ou contratos de repasse com objeto que englobe vários programas e ações federais a serem executados de forma descentralizada, devendo o objeto conter a descrição pormenorizada e objetiva de todas as atividades a serem realizadas com os recursos federais.

§ 2º Os órgãos e as entidades concedentes ou contratantes procederão, segundo normas próprias e sob sua exclusiva responsabilidade, às inclusões no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, de pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem na hipótese prevista no inciso IV do *caput*, observando-se as normas vigentes a respeito desse cadastro, em especial a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES**

Art. 7º É um instrumento com objetivo de reunir vários programas e ações federais a serem executados de forma descentralizada, devendo o objeto conter a descrição pormenorizada e objetiva de todas as atividades a serem realizadas com os recursos federais.

Parágrafo Único. Na hipótese prevista no *caput*, os órgãos e entidades da administração pública federal que decidirem implementar programas em um único objeto deverão formalizar protocolo de intenções, que conterá, entre outras, as seguintes cláusulas:

- I - descrição detalhada do objeto, indicando os programas por ele abrangidos;
- II - indicação do concedente ou contratante responsável pelo consórcio;
- III - o montante dos recursos que cada órgão ou entidade irá repassar;
- IV - definição das responsabilidades dos partícipes, inclusive quanto ao acompanhamento e fiscalização na forma prevista nesta Portaria; e
- V - a duração do ajuste.

### **CAPÍTULO V**

#### **DA PLURIANUALIDADE**

Art. 8º Nos instrumentos regulados por esta Portaria, cuja duração ultrapasse um exercício financeiro, indicar-se-á o crédito e respectivo empenho para atender à despesa no exercício em curso, bem como cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, mediante registro contábil.

Parágrafo único. O registro a que se refere o *caput* acarretará a obrigatoriedade de ser consignado crédito nos orçamentos seguintes para garantir a execução.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

**CAPÍTULO VI**  
**DO CONSÓRCIO PÚBLICO**

Art. 9º Os órgãos e entidades da Administração Pública federal darão preferência às transferências voluntárias para Estados, Distrito Federal e Municípios cujas ações sejam desenvolvidas por intermédio de consórcios públicos, constituídos segundo o disposto na Lei nº 11.107, de 2005.

Art. 10. A celebração do convênio com consórcio público para a transferência de recursos da União está condicionada ao atendimento, pelos entes federativos consorciados, das exigências legais aplicáveis, sendo vedada sua celebração, bem como a liberação de quaisquer parcelas de recursos, caso exista alguma irregularidade por parte de qualquer dos entes consorciados.

Art. 11. Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal poderão executar o objeto do convênio ou contrato de repasse celebrado com a União por meio de consórcio público a que estejam associados.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no *caput*, o instrumento de convênio ou contrato de repasse poderá indicar o consórcio público como responsável pela execução, sem prejuízo das responsabilidades dos convenientes ou contratados.

**TÍTULO II**  
**DO CREDENCIAMENTO, DA PROPOSIÇÃO E DO CADASTRAMENTO**

Art. 12. Para apresentar proposta de trabalho, o interessado deverá estar credenciado no SICONV.

Art. 13. As informações prestadas no credenciamento e no cadastramento devem ser atualizadas pelo conveniente ou contratado até que sejam exauridas todas as obrigações referentes ao convênio ou contrato de repasse.

**CAPÍTULO I**  
**DO CREDENCIAMENTO**

Art. 14. O credenciamento será realizado diretamente no SICONV e conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome, endereço da sede, endereço eletrônico e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, bem como endereço residencial do responsável que assinará o instrumento, quando se tratar de instituições públicas; e

II - razão social, endereço, endereço eletrônico, número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, transcrição do objeto social da entidade atualizado, relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e CPF de cada um deles, quando se tratar das entidades privadas sem fins lucrativos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

**CAPÍTULO II**  
**DA PROPOSTA DE TRABALHO**

Art. 15. O proponente credenciado manifestará seu interesse em celebrar instrumentos regulados por esta Portaria mediante apresentação de proposta de trabalho no SICONV, em conformidade com o programa e com as diretrizes disponíveis no sistema, que conterá, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser executado;

II - justificativa contendo a caracterização dos interesses recíprocos, a relação entre a proposta apresentada e os objetivos e diretrizes do programa federal e a indicação do público alvo, do problema a ser resolvido e dos resultados esperados;

III - estimativa dos recursos financeiros, discriminando o repasse a ser realizado pelo concedente ou contratante e a contrapartida prevista para o proponente, especificando o valor de cada parcela e do montante de todos os recursos, na forma estabelecida em Lei;

IV - previsão de prazo para a execução; e

V - informações relativas à capacidade técnica e gerencial do proponente para execução do objeto.

Parágrafo único. Os órgãos ou entidades da administração pública federal poderão exigir o prévio cadastramento para encaminhamento das propostas de trabalho.

Art. 16. O órgão ou entidade da Administração Pública federal repassador dos recursos financeiros analisará a proposta de trabalho e:

I - No caso da aceitação:

a) o órgão ou entidade da Administração Pública federal repassador dos recursos financeiros realizará o pré-empenho, que será vinculado à proposta e só poderá ser alterado por intermédio do SICONV;

b) o proponente atenderá às exigências para efetivação do cadastro e incluirá o Plano de Trabalho no SICONV; e

c) informará ao proponente das exigências e pendências verificadas.

II - No caso de recusa:

a) o órgão ou entidade da Administração Pública federal repassador dos recursos financeiros registrará o indeferimento no SICONV; e

b) comunicará ao proponente o indeferimento da proposta.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

**CAPÍTULO III**  
**DO CADASTRAMENTO**

Art. 17. O cadastramento dos órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos recebedores de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União será realizado em órgão ou entidade concedente ou nas unidades cadastradoras do SICAF a ele vinculadas, e terá validade de 1 (um) ano, sem prejuízo do disposto no art. 13.

§ 1º O representante do órgão ou da entidade pública ou privada responsável pela entrega dos documentos e das informações para fins de cadastramento, deverá comprovar seu vínculo com o cadastrado, demonstrando os poderes para representá-lo neste ato.

§ 2º A comprovação a que se refere o parágrafo anterior, sem prejuízo da apresentação adicional de qualquer documento hábil, poderá ser feita mediante apresentação de:

I - cópia autenticada dos documentos pessoais do representante, em especial, Carteira de Identidade e CPF;

II - cópia autenticada do diploma eleitoral, acompanhada da publicação da portaria de nomeação ou outro instrumento equivalente, que delegue competência para representar o ente, órgão ou entidade pública, quando for o caso; e

III - cópia autenticada da ata da assembléia que elegeu o corpo dirigente da entidade privada sem fins lucrativos, devidamente registrada no cartório competente, acompanhada de instrumento particular de procuração, com firma reconhecida, assinado pelo dirigente máximo, quando for o caso.

Art. 18. Para a realização do cadastramento das entidades privadas sem fins lucrativos será exigido:

I - cópia do estatuto ou contrato social registrado no cartório competente e suas alterações;

II - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

III - declaração do dirigente máximo da entidade acerca da inexistência de dívida com o Poder Público e de inscrição nos bancos de dados públicos ou privados de proteção ao crédito;

IV - declaração do dirigente máximo da entidade informando, para cada pessoa relacionada no inciso II se:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

a) é membro do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas da União, ou respectivo cônjuge ou companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau; e

b) é servidor público vinculado ao órgão ou entidade concedente, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;

V - prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ pelo prazo mínimo de três anos;

VI - prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na forma da lei; e

VII - comprovação da qualificação técnica e da capacidade operacional, mediante declaração de funcionamento regular nos 3 (três) anos anteriores ao credenciamento, emitida por 3 (três) autoridades do local de sua sede.

Parágrafo único. Nas ações voltadas à educação, à assistência social e à saúde, as exigências previstas nos incisos V e VII do *caput* poderão ser atendidas somente em relação ao exercício anterior.

Art. 19. Para o cadastramento dos órgãos e entidades públicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, será exigida a atualização das informações constantes do credenciamento, respeitadas as exigências do art. 17.

**TÍTULO III**  
**DA CONTRAPARTIDA, DO PLANO DE TRABALHO E DO PROJETO BÁSICO**

**CAPÍTULO I**  
**DA CONTRAPARTIDA**

Art. 20. A contrapartida, quando houver, será calculada sobre o valor total do objeto e poderá ser atendida por meio de recursos financeiros e de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis.

§ 1º A contrapartida, quando financeira, deverá ser depositada na conta bancária específica do convênio ou contrato de repasse em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso.

§ 2º A contrapartida por meio de bens e serviços, quando aceita, deverá ser fundamentada pelo concedente ou contratante e ser economicamente mensurável devendo constar do instrumento, cláusula que indique a forma de aferição do valor correspondente em conformidade com os valores praticados no mercado ou, em caso de objetos padronizados, com parâmetros previamente estabelecidos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

§ 3º A contrapartida, a ser aportada pelo conveniente ou contratado, será calculada observados os percentuais e as condições estabelecidas na lei federal anual de diretrizes orçamentárias.

§ 4º O proponente deverá comprovar que os recursos, bens ou serviços referentes à contrapartida proposta estão devidamente assegurados.

**CAPÍTULO II**  
**DO PLANO DE TRABALHO**

Art. 21. O Plano de Trabalho, que será avaliado após a efetivação do cadastro do proponente, conterá, no mínimo:

- I - justificativa para a celebração do instrumento;
- II - descrição completa do objeto a ser executado;
- III - descrição das metas a serem atingidas;
- IV - definição das etapas ou fases da execução;
- V - cronograma de execução do objeto e cronograma de desembolso; e
- VI - plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pelo concedente e da contrapartida financeira do proponente, se for o caso.

Art. 22. O Plano de Trabalho será analisado quanto à sua viabilidade e adequação aos objetivos do programa e, no caso das entidades privadas sem fins lucrativos, será avaliada sua qualificação técnica e capacidade operacional para gestão do instrumento, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão ou entidade repassador de recursos.

§ 1º Será comunicada ao proponente qualquer irregularidade ou imprecisão constatadas no Plano de Trabalho, que deverá ser sanada no prazo estabelecido pelo concedente ou contratante.

§ 2º A ausência da manifestação do proponente no prazo estipulado implicará a desistência no prosseguimento do processo.

§ 3º Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente.

**CAPÍTULO III**  
**DO PROJETO BÁSICO E DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Art. 23. Nos convênios e contratos de repasse, o projeto básico ou o termo de referência deverá ser apresentado antes da liberação da primeira parcela dos recursos, sendo facultado ao concedente ou contratante exigí-lo antes da celebração do instrumento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

§ 1º O projeto básico ou o termo de referência poderá ser dispensado no caso de padronização do objeto, a critério da autoridade competente do órgão ou entidade concedente, em despacho fundamentado.

§ 2º O projeto básico ou o termo de referência deverá ser apresentado no prazo fixado no instrumento, prorrogável uma única vez por igual período, a contar da data da celebração, conforme a complexidade do objeto.

§ 3º O projeto básico ou do termo de referência será apreciado pelo concedente ou contratante e, se aprovado, ensejará a adequação do Plano de Trabalho.

§ 4º Constatados vícios sanáveis no projeto básico ou no termo de referência, estes serão comunicados ao conveniente ou contratado, que disporá de prazo para saná-los.

§ 5º Caso o projeto básico ou o termo de referência não seja entregue no prazo estabelecido no parágrafo anterior ou receba parecer contrário à sua aprovação, proceder-se-á à extinção do convênio ou contrato de repasse, caso já tenha sido assinado.

§ 6º Quando houver, no Plano de Trabalho, a previsão de transferência de recursos para a elaboração do projeto básico ou do termo de referência, é facultada a liberação do montante correspondente ao custo do serviço.

**TÍTULO IV**  
**DA CELEBRAÇÃO**

**CAPÍTULO I**  
**DAS CONDIÇÕES PARA CELEBRAÇÃO**

Art. 24. São condições para a celebração de convênios e contratos de repasse, a serem cumpridas pelos convenientes ou contratados, conforme previsto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na legislação federal:

I - a demonstração de instituição, previsão e efetiva arrecadação dos impostos de competência constitucional do ente federativo comprovado por meio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO do último bimestre do exercício encerrado ou do Balanço-Geral, nos termos do art. 11 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II - o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, exigido de acordo com o Decreto nº 3.788, de 11 de abril de 2001;

III - a comprovação do recolhimento de tributos, contribuições, inclusive as devidas à Seguridade Social, multas e demais encargos fiscais devidos à Fazenda Pública federal;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

IV - a inexistência de pendências pecuniárias registradas no CADIN, de acordo com o art. 6º, da Lei nº 10.522, de 2002;

V - a comprovação de regularidade quanto ao depósito das parcelas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

VI - as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos da União, conforme dispõe o art. 84, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal;

VII - o pagamento de empréstimos e financiamentos à União, como previsto no art. 25 da Lei Complementar 101, de 2000;

VIII - a aplicação dos limites mínimos de recursos nas áreas de saúde e educação, comprovado por meio do RREO do último bimestre do exercício encerrado ou no Balanço-Geral;

IX - a observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em restos a Pagar e de despesa total com pessoal, mediante o Relatório de Gestão Fiscal;

X - a publicação do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XI - o encaminhamento das contas anuais, conforme o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XII - a publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária de que trata o disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e

XIII - a apresentação de suas contas à Secretaria do Tesouro Nacional ou entidade preposta nos prazos referidos no art. 51, § 1º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 101, de 2000, observado o que dispõe o art. 50 da referida Lei.

§ 1º Nos convênios e contratos de repasse celebrados com entidades da administração pública indireta, as condições de celebração elencadas no *caput* deverão ser cumulativamente atendidas pelo ente federativo ao qual o conveniente ou contratado está vinculado.

§ 2º A exigência prevista no parágrafo anterior aplica-se aos convênios e contratos de repasse celebrados com órgãos da administração direta em relação ao seu respectivo ente federativo, que deverá figurar como interveniente no instrumento.

§ 3º É condição para a celebração de convênios ou contratos de repasse, a existência de dotação orçamentária específica no orçamento do concedente ou contratante, a qual deverá ser evidenciada no instrumento, indicando-se a respectiva nota de empenho.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

§ 4º Nos convênios e contratos de repasse celebrados com entes, órgãos ou entidades públicas, as exigências para celebração serão atendidas por meio de consulta ao Cadastro Único de Convênio - CAUC, observadas as normas específicas que aplicam aos convênios e contratos de repasse celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos, as exigências previstas nos incisos I, II, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII do *caput*.

§ 6º A publicação ou a apresentação dos documentos elencados no *caput* fora dos prazos especificados em lei não impedirá a realização de transferência voluntária ou liberação de suas parcelas de recursos, a partir da data em que se der a referida publicação ou apresentação.

Art. 25. Sem prejuízo do disposto no art. 24, são condições para a celebração de convênios e contratos de repasse:

I - cadastro do conveniente ou contratado atualizado no SICONV - Portal de Convênios no momento da celebração, nos termos dos arts. 17 a 19;

II - Plano de Trabalho aprovado;

III - licença ambiental prévia, quando o convênio envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais, na forma disciplinada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA; e

IV - comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, mediante certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis competente, quando o convênio tiver por objeto a execução de obras ou benfeitorias no imóvel;

§ 1º Alternativamente à certidão prevista no inciso IV, admite-se, por interesse público ou social, condicionadas à garantia subjacente de uso pelo prazo mínimo de vinte anos, o seguinte:

I - comprovação de ocupação regular de imóvel:

- a) em área desapropriada por Estado, por Município, pelo Distrito Federal ou pela União, com sentença transitada em julgado no processo de desapropriação;
- b) em área devoluta;
- c) recebido em doação:

1. da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal, já aprovada em lei, conforme o caso, e, se necessária, inclusive quando o processo de registro de titularidade do imóvel ainda se encontrar em trâmite; e

2. de pessoa física ou jurídica, inclusive quando o processo de registro de titularidade do imóvel ainda se encontrar em trâmite, neste caso, com promessa formal de doação irrevogável e irrevogável;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

d) que, embora ainda não haja sido devidamente consignado no cartório de registro de imóveis competente, pertence a Estado que se instalou em decorrência da transformação de Território Federal, ou mesmo a qualquer de seus Municípios, por força de mandamento constitucional ou legal;

e) pertencente a outro ente público que não o proponente, desde que a intervenção esteja autorizada pelo proprietário, por meio de ato do chefe do poder executivo ou titular do órgão detentor de delegação para tanto;

f) que, independentemente da sua dominialidade, esteja inserido em Zona Especial de Interesse Social - Zeis, instituída na forma prevista na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, devendo, neste caso, serem apresentados os seguintes documentos:

1. cópia da publicação, em periódico da Imprensa Oficial, da lei estadual, municipal ou distrital federal instituidora da Zeis;

2. demonstração de que o imóvel beneficiário do investimento encontra-se na Zeis instituída pela lei referida no item anterior; e

3. declaração firmada pelo chefe do poder executivo (governador ou prefeito) do ente federativo a que o conveniente seja vinculado de que os habitantes da Zeis serão beneficiários de ações visando à regularização fundiária da área habitada para salvaguardar seu direito à moradia;

g) objeto de sentença favorável aos ocupantes, transitada em julgado, proferida em ação judicial de usucapião ou concessão de uso especial para fins de moradia, nos termos do art. 183 da Constituição Federal, da Lei nº 10.257, de 2001, e da Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001; e

2. declaração de órgão, de quaisquer dos entes federativos, responsável pelo ordenamento territorial ou regularização fundiária, de que a área objeto do convênio é ocupada por comunidade remanescente de quilombo, caso não tenha sido expedido o ato de que trata a alínea anterior;

b) por comunidade indígena, mediante documento expedido pela Fundação Nacional do Índio - Funai.

§ 2º Nas hipóteses previstas na alínea 'a' do inciso I do § 1º, quando o processo de desapropriação não estiver concluído, é permitida a comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel via Termo de Imissão Provisória de Posse ou alvará do juízo da vara onde o processo estiver tramitando, admitindo-se, ainda, caso esses documentos não hajam sido emitidos, a apresentação, pelo proponente do convênio ou contrato de repasse, de cópia da publicação, na Imprensa Oficial, do decreto de desapropriação e do Registro Geral de Imóveis (RGI) do imóvel, acompanhado do acordo extrajudicial firmado com o expropriado.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

§ 3º Na hipótese prevista na alínea 'd' do inciso I do § 1º, é imperativa a apresentação da promessa formal de doação (termo de doação), irrevogável e irrevogável, caso o processo de registro da doação ainda não haja sido concluído.

§ 4º Quando o convênio tiver por objeto obras habitacionais ou de urbanização de interesse público ou social, deverá constar no instrumento de autorização ou, se for o caso, no contrato ou compromisso, de que tratam a alínea 'f' do inciso I e o inciso II, ambos do § 1º, a obrigação de se realizar a regularização fundiária em favor das famílias moradoras ou a cessão do imóvel ao proponente do convênio a fim de que este possa promovê-la.

§ 5º A critério do concedente ou contratante, os documentos previstos nos incisos III e IV do *caput* poderão ser encaminhados juntamente com o projeto básico, após a celebração, aplicando-se os §§ 2º e 5º do art. 23 em relação aos prazos.

Art. 26. A comprovação da regularidade, bem como das condições para a celebração, para os efeitos desta Portaria, será efetuada mediante consulta aos sistemas de informação do Governo Federal ou, na impossibilidade de efetuá-la, mediante apresentação da devida documentação junto ao órgão responsável pela manutenção do respectivo sistema.

Art. 27. Poderá ser realizada a celebração de convênios, contratos de repasse ou termo de parceria com previsão de condição a ser cumprida pelo conveniente ou contratante, e enquanto a condição não se verificar não terá efeito a celebração pactuada.

Parágrafo único. O concedente ou contratante deverá extinguir o convênio no caso de não cumprimento da condição no prazo fixado no instrumento, prorrogável uma única vez por igual período a contar da celebração.

Art. 28. Será obrigatória a estipulação do destino a ser dado aos bens remanescentes do convênio ou contrato de repasse.

§ 1º Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos do convênio ou contrato de repasse necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a este.

§ 2º Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do Ministro de Estado supervisor ou autoridade equivalente ou do dirigente máximo da entidade da administração indireta, ser doados quando, após a consecução do objeto, forem necessários para assegurar a continuidade de programa governamental, observado o disposto no respectivo termo e na legislação vigente.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

**CAPÍTULO II**  
**DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO**

Art. 29. O preâmbulo do instrumento conterá a numeração seqüencial no SICONV, a qualificação completa dos partícipes e a finalidade.

Art. 30. São cláusulas necessárias nos instrumentos regulados por esta Portaria as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos, em consonância com o Plano de Trabalho, que integrará o termo celebrado independentemente de transcrição;

II - as obrigações de cada um dos partícipes; III - a contrapartida, quando couber, e a forma de sua aferição quando atendida por meio de bens e serviços;

IV - as obrigações do interveniente, quando houver;

V - a vigência, fixada de acordo com o prazo previsto para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas;

VI - a obrigação de o concedente ou contratante prorrogar "de ofício" a vigência do instrumento antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

VII - a prerrogativa do órgão ou entidade transferidor dos recursos financeiros assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

VIII - a classificação orçamentária da despesa, mencionando-se o número e data da Nota de Empenho ou Nota de Movimentação de Crédito e declaração de que, em termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro;

IX - o cronograma de desembolso conforme o Plano de Trabalho, incluindo os recursos da contrapartida pactuada, quando houver;

X - a obrigatoriedade de o conveniente ou contratado incluir regularmente no SICONV as informações e os documentos exigidos por esta Portaria, mantendo-o atualizado;

XI - a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos nesta Portaria;

XII - no caso de órgão ou entidade pública, a informação de que os recursos para atender às despesas em exercícios futuros, no caso de investimento, estão consignados no plano plurianual ou em prévia lei que os autorize;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

XIII - a obrigação do conveniente de manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do convênio ou contrato de repasse em instituição financeira controlada pela União, quando não integrante da conta única do Governo Federal;

XIV - a definição, se for o caso, do direito de propriedade dos bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do instrumento, que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos, respeitado o disposto na legislação pertinente;

XV - a forma pela qual a execução física do objeto será acompanhada pelo concedente ou contratante, inclusive com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de órgãos ou entidades previstos no § 2º do art. 53;

XVI - o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes e os do controle interno do Poder Executivo Federal, bem como do Tribunal de Contas da União aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por esta Portaria, bem como aos locais de execução do objeto;

XVII - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo;

XVIII - a previsão de extinção obrigatória do instrumento em caso de o Projeto Básico não ter sido aprovado ou apresentado no prazo estabelecido, quando for o caso;

XIX - a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução dos convênios, contratos ou instrumentos congêneres, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa com a participação da Advocacia-Geral da União, em caso de os partícipes ou contratantes serem da esfera federal, administração direta ou indireta, nos termos do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

XX - a obrigação de o conveniente ou o contratado inserir cláusula nos contratos celebrados para execução do convênio ou contrato de repasse que permitam o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, na forma do art. 44;

XXI - a sujeição do convênio ou contrato de repasse e sua execução às normas do Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007, bem como do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e a esta Portaria;

XXII - a previsão de, na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, que o quantitativo possa ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade;

XXIII - a forma de liberação dos recursos ou desbloqueio, quando se tratar de contrato de repasse;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

XXIV - a obrigação de prestar contas dos recursos recebidos no SICONV;

XXV - o bloqueio de recursos na conta corrente vinculada, quando se tratar de contrato de repasse;

XXVI - a responsabilidade solidária dos entes consorciados, nos instrumentos que envolvam consórcio público; e

XXVII - o valor limite a que se refere o § 5º do art. 50.

**CAPÍTULO III**  
**DA ANÁLISE E ASSINATURA DO TERMO**

Art. 31. A celebração do convênio será precedida de análise e manifestação conclusiva pelos setores técnico e jurídico do órgão ou da entidade concedente ou contratante, segundo suas respectivas competências, quanto ao atendimento das exigências formais, legais e constantes desta Portaria.

Art. 32. Assinarão, obrigatoriamente, o convênio ou contrato de repasse os partícipes e o interveniente, se houver

**CAPÍTULO IV**  
**DA PUBLICIDADE**

Art. 33. A eficácia de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pelo concedente ou contratante, no prazo de até vinte dias a contar de sua assinatura.

Parágrafo único. Somente deverão ser publicados no Diário Oficial da União os extratos dos aditivos que alterem o valor ou ampliem a execução do objeto, vedada a alteração da sua natureza, quando houver, respeitado o prazo estabelecido no *caput*.

Art. 34. Aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento da execução e a prestação de contas dos convênios e contratos será dada publicidade em sítio eletrônico específico denominado Portal dos Convênios.

Art. 35. O concedente ou contratante notificará, no prazo de até dez dias, a celebração do instrumento e a liberação dos recursos transferidos à Assembléia Legislativa ou à Câmara Legislativa ou à Câmara Municipal do conveniente ou contratado, conforme o caso.

Art. 36. Os convenientes ou contratados deverão dar ciência da celebração ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

Parágrafo único. As entidades privadas sem fins lucrativos deverão notificar, se houver, o conselho municipal ou estadual responsável pela respectiva política pública onde será executada a ação.

**CAPÍTULO V**  
**DA ALTERAÇÃO**

Art. 37. O convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao concedente ou contratante em, no mínimo, trinta dias antes do término de sua vigência ou no prazo nele estipulado.

Art. 38. A prorrogação "de ofício" da vigência do convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere, estabelecida no inciso VI do art. 30, prescinde de prévia análise da área jurídica do concedente ou contratante.

**TÍTULO V**  
**DA EXECUÇÃO**

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 39. O convênio ou contrato de repasse deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, inclusive esta Portaria, sendo vedado:

I - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - alterar o objeto do convênio ou contrato de repasse, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado;

IV - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento, ressalvado o custeio da implementação das medidas de preservação ambiental inerentes às obras constantes do Plano de Trabalho;

V - realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

VI - efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente do concedente ou contratante e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

VII - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo concedente, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VIII - transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar; e

IX - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

Parágrafo único. Observado o limite de 5% do valor do objeto, os recursos do convênio ou contrato de repasse poderão custear despesas administrativas das entidades privadas sem fins lucrativos, obedecidas as seguintes exigências:

I - estar expressamente previsto no plano de trabalho;

II - estar diretamente relacionadas ao objeto do convênio ou contrato de repasse; e

III - não sejam custeadas com recursos de outros convênios ou contratos de repasse.

Art. 40. Os Estados, Distrito Federal e os Municípios, bem como seus respectivos órgãos e entidades, poderão transferir a execução do programa de trabalho a interveniente executor, respeitadas as exigências desta Portaria e desde que haja previsão para tanto no Plano de Trabalho aprovado e conste de cláusula específica do instrumento celebrado.

Art. 41. Os convenientes ou contratados deverão disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no *caput*, e disponibilização do extrato na internet poderá ser suprida com a inserção de link na página oficial do órgão ou entidade conveniente ou contratada que possibilite acesso direto ao Portal de Convênios.

## **CAPÍTULO II**

### **DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

Art. 42. A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho e guardará consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do instrumento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

§ 1º Os recursos serão depositados e geridos na conta bancária específica do convênio ou do contrato de repasse exclusivamente em instituições financeiras controladas pela União e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:

I - em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e

II - em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores;

§ 2º Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto do convênio ou do contrato de repasse, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

§ 3º As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida devida pelo conveniente ou contratado.

§ 4º As instituições financeiras de que trata o § 1º deverão manter os recursos bloqueados a partir do seu recebimento enquanto não cumpridas as condições previstas no art. 43.

§ 5º As contas referidas no § 1º serão isentas da cobrança de tarifas bancárias.

Art. 43. Para recebimento de cada parcela dos recursos, o conveniente ou contratado deverá:

I - manter as mesmas condições para celebração de convênios ou contratos de repasse exigidas nos arts. 24 e 25;

II - comprovar o cumprimento da contrapartida pactuada que, se financeira, deverá ser depositada na conta bancária específica do instrumento em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso, ou depositada na Conta Única do Tesouro Nacional, na hipótese do convênio ou contrato de repasse ser executado por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI;

III - atender às exigências para contratação e pagamento previstas nos arts. 44 a 50; e

IV - estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho.

**CAPÍTULO III**  
**DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS**

Art. 44. Os contratos celebrados à conta dos recursos de convênios ou contratos de repasse deverão conter cláusula que obrigue o contratado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo.

**SEÇÃO I**  
**DA CONTRATAÇÃO POR ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS**

Art. 45. Para a aquisição de bens e contratação de serviços com recursos de órgãos ou entidades da Administração Pública federal, as entidades privadas sem fins lucrativos deverão realizar, no mínimo, cotação prévia de preços no mercado, observados os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade.

Parágrafo único. A entidade privada sem fins lucrativos deverá contratar empresas que tenham participado da cotação prévia de preços, ressalvados os casos em que não acudirem interessados à cotação, quando será exigida pesquisa ao mercado prévia à contratação, que será registrada no SICONV e deverá conter, no mínimo, orçamentos de três fornecedores.

Art. 46. A cotação prévia de preços prevista no [art. 11 do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007](#), será realizada por intermédio do SICONV, conforme os seguintes procedimentos:

I - o conveniente registrará a descrição completa e detalhada do objeto a ser contratado, que deverá estar em conformidade com o Plano de Trabalho, especificando as quantidades no caso da aquisição de bens;

II - a convocação para cotação prévia de preços permanecerá disponível no SICONV pelo prazo mínimo de cinco dias e determinará:

- a) prazo para o recebimento de propostas, que respeitará os limites mínimos de cinco dias, para a aquisição de bens, e quinze dias para a contratação de serviços;
- b) critérios para a seleção da proposta que priorizem o menor preço, sendo admitida a definição de outros critérios relacionados a qualificações especialmente relevantes do objeto, tais como o valor técnico, o caráter estético e funcional, as características ambientais, o custo de utilização, a rentabilidade; e
- c) prazo de validade das propostas, respeitado o limite máximo de sessenta dias.

III - o SICONV notificará automaticamente, quando do registro da convocação para cotação prévia de preços, as empresas cadastradas no SICAF que pertençam à linha de fornecimento do bem ou serviço a ser contratado;

IV - a entidade privada sem fins lucrativos, em decisão fundamentada, selecionará a proposta mais vantajosa, segundo os critérios definidos no chamamento para cotação prévia de preços; e

V - o resultado da seleção a que se refere o inciso anterior será registrado no SICONV.

§ 1º A cotação prévia de preços no SICONV será desnecessária:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

I - quando o valor for inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra, serviço ou compra ou ainda para obras, serviços e compras da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; e

II - quando, em razão da natureza do objeto, não houver pluralidade de opções, devendo comprovar tão-só os preços que aquele próprio fornecedor já praticou com outros demandantes.

§ 2º O registro, no SICONV, dos contratos celebrados pelo beneficiário na execução do objeto é condição indispensável para sua eficácia e para a liberação das parcelas subseqüentes do instrumento, conforme previsto no art. 3º.

Art. 47. Cada processo de compras e contratações de bens, obras e serviços das entidades sem fins lucrativos deverá ser realizado ou registrado no SICONV contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

I- os documentos relativos à cotação prévia ou as razões que justificam a sua desnecessidade;

II - elementos que definiram a escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço;

III - comprovação do recebimento da mercadoria, serviço ou obra; e

IV - documentos contábeis relativos ao pagamento.

Art. 48. Nas contratações de bens, obras e serviços as entidades privadas sem fins lucrativos poderão utilizar-se do sistema de registro de preços dos entes federados.

**SEÇÃO II**  
**DA CONTRATAÇÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Art. 49. Os órgãos e entidades públicas que receberem recursos da União por meio dos instrumentos regulamentados por esta Portaria estão obrigados a observar as disposições contidas na Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos e demais normas federais pertinentes ao assunto, quando da contratação de terceiros.

§ 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatório o uso da modalidade pregão, nos termos da [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), e do regulamento previsto no [Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005](#), sendo utilizada preferencialmente a sua forma eletrônica.

§ 2º A inviabilidade da utilização do pregão na forma eletrônica deverá ser devidamente justificada pela autoridade competente do conveniente ou contratado.

§ 3º As atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades, deverão ser registradas no SICONV.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

**CAPÍTULO IV**  
**DOS PAGAMENTOS**

Art. 50. Os recursos deverão ser mantidos na conta bancária específica do convênio ou contrato de repasse e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou nesta Portaria.

§ 1º Os recursos destinados a execução de contratos de repasse deverão ser mantidos bloqueados em conta específica, somente sendo liberados, na forma ajustada, após verificação de regular execução do objeto pelo mandatário.

§ 2º Os atos referentes à movimentação e ao uso dos recursos a que se refere o *caput* serão realizados ou registrados no SICONV, observando-se os seguintes preceitos:

I - movimentação mediante conta bancária específica para cada convênio ou contrato de repasse;

II - pagamentos realizados exclusivamente mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços; e

III - transferência das informações relativas à movimentação da conta bancária a que se refere o I deste parágrafo ao SIAFI e ao SICONV, em meio magnético, a ser providenciada pelas instituições financeiras a que se refere o § 1º do art. 42.

§ 3º Antes da realização de cada pagamento, o conveniente ou contratado incluirá no SICONV, no mínimo, as seguintes informações:

I - a destinação do recurso;

II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;

IV - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e

V - a comprovação do recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis.

§ 4º Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pelo banco, poderá ser realizado uma única vez no decorrer da vigência do instrumento o pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviço.

§ 5º Desde que previamente definido no instrumento e justificado pela autoridade máxima do concedente ou contratante, consideradas as peculiaridades do convênio e o local onde será executado, o conveniente ou contratado disporá de valor a ser repassado para realização de despesas de pequeno vulto, não incidindo o disposto no inciso II, do § 2º, devendo o conveniente ou contratado registrar, no SICONV, o beneficiário final do pagamento, conforme dispõe o § 3º.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

**CAPÍTULO V**  
**DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

Art. 51. A execução será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, respondendo o conveniente ou contratado pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do convênio, contrato, acordo, ajuste ou instrumento congênere.

§ 1º Os agentes que fizerem parte do ciclo de transferência de recursos são responsáveis, para todos os efeitos, pelos atos que praticarem no acompanhamento da execução do convênio, contrato, acordo, ajuste ou instrumento congênere.

§ 2º Os processos, documentos ou informações referentes à execução de convênio ou contrato de repasse não poderão ser sonegados aos servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes ou contratantes e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal.

§ 3º Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação dos servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes ou contratantes e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

§ 4º O servidor encarregado de elaborar o relatório trimestral ou aprovar a prestação de contas não poderá emitir parecer técnico da vistoria.

Art. 52. O concedente ou contratante deverá prover as condições necessárias à realização das atividades de acompanhamento do objeto pactuado, conforme o Plano de Trabalho e a metodologia estabelecida no instrumento, programando visitas ao local da execução com tal finalidade que, caso não ocorram, deverão ser devidamente justificadas.

Parágrafo único. No caso de realização de obras por convênio, o concedente deverá comprovar que dispõe de estrutura que permita acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, nos termos desta Portaria, em especial o cumprimento dos prazos de análise da respectiva prestação de contas.

Art. 53. A execução do convênio ou contrato de repasse será acompanhada por um representante do concedente ou contratante, especialmente designado e registrado no SICONV, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

§ 1º O concedente ou contratante deverá registrar no SICONV os atos de acompanhamento da execução do objeto, conforme disposto no art. 3º.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

§ 2º O concedente ou contratante, no exercício das atividades de fiscalização e acompanhamento da execução do objeto, poderá:

- I - valer-se do apoio técnico de terceiros;
- II - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade; e
- III - reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento.

§ 3º O concedente ou contratante incluirá, no SICONV, relatório sintético trimestral sobre o andamento da execução do convênio ou contrato de repasse, que deverá contemplar os aspectos previstos nos arts. 43 e 54, e será atualizado até o dia anterior à data prevista para liberação de cada parcela.

§ 4º Além do acompanhamento de que trata o § 2º, a Controladoria Geral da União - CGU realizará auditorias periódicas nos instrumentos celebrados pela União.

Art. 54. No acompanhamento e fiscalização do objeto serão verificados:

- I - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- II - a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho, e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- III - a regularidade das informações registradas pelo conveniente ou contratado no SICONV; e
- IV - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.

Art. 55. O concedente ou contratante comunicará ao conveniente ou contratado e ao interveniente, quando houver, quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, e suspenderá a liberação dos recursos, fixando prazo de até trinta dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 1º Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o concedente ou contratante disporá do prazo de dez dias para apreciá-los e decidir quanto à aceitação das justificativas apresentadas, sendo que a apreciação fora do prazo previsto não implica aceitação das justificativas apresentadas.

§ 2º Caso não haja a regularização no prazo previsto no *caput*, o concedente ou contratante:

- I - realizará a apuração do dano; e
- II - comunicará o fato ao conveniente ou contratado para que seja ressarcido o valor referente ao dano.

§ 3º O não atendimento das medidas saneadoras previstas no § 2º ensejará a instauração de tomada de contas especial.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

**CAPÍTULO VI**  
**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Art. 56. O órgão ou entidade que receber recursos na forma estabelecida nesta Portaria estará sujeito a prestar contas da sua boa e regular aplicação no prazo máximo de trinta dias contados do término da vigência do convênio ou contrato ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior àquela do encerramento da vigência.

§ 1º Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido no *caput*, o concedente ou contratante estabelecerá o prazo máximo de trinta dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescido de juros de mora, na forma da lei.

§ 2º Se, ao término do prazo estabelecido, o conveniente ou contratado não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos nos termos do § 1º, o concedente registrará a inadimplência no SICONV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para fins de instauração de tomada de contas especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

Art. 57. Os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo estabelecido para a apresentação da prestação de contas.

Parágrafo único. A devolução prevista no *caput* será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e os da contrapartida previstos na celebração independentemente da época em que foram aportados pelas partes.

Art. 58. A prestação de contas será composta, além dos documentos e informações apresentados pelo conveniente ou contratado no SICONV, do seguinte:

- I - Relatório de Cumprimento do Objeto;
- II - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- III - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
- IV - a relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;
- V - a relação dos serviços prestados, quando for o caso;
- VI - comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e
- VII - termo de compromisso por meio do qual o conveniente ou contratado será obrigado a manter os documentos relacionados ao convênio ou contrato de repasse, nos termos do § 3º do art. 3º.

Parágrafo único. O concedente ou contratante deverá registrar no SICONV o recebimento da prestação de contas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

Art. 59. Incumbe ao órgão ou entidade concedente ou contratante decidir sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos e, se extinto, ao seu sucessor.

Art. 60. A autoridade competente do concedente ou contratante terá o prazo de noventa dias, contado da data do recebimento, para analisar a prestação de contas do instrumento, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes.

§ 1º O ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado no SICONV, cabendo ao concedente ou contratante prestar declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

§ 2º Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato no SICONV e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência.

**CAPÍTULO VII**  
**DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

Art. 61. O convênio ou contrato de repasse poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

Parágrafo único. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio ou contrato de repasse, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de trinta dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

Art. 62. Constituem motivos para rescisão do convênio ou do contrato de repasse:

- I - o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- II - constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; e
- III - a verificação que qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

Parágrafo único. A rescisão do convênio ou do contrato de repasse, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de tomada de contas especial.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

**CAPÍTULO VIII**  
**DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

Art. 63. Tomada de Contas Especial é um processo devidamente formalizado, dotado de rito próprio, que objetiva apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano causado ao Erário, visando ao seu imediato ressarcimento.

§ 1º A Tomada de Contas Especial somente deverá ser instaurada depois de esgotadas as providências administrativas internas pela ocorrência de algum dos seguintes fatos:

I - a prestação de contas do convênio ou contrato de repasse não for apresentada no prazo fixado no *caput* do art. 56, observado o § 1º do referido artigo; e

II - a prestação de contas do convênio ou contrato de repasse não for aprovada em decorrência de:

- a) inexecução total ou parcial do objeto pactuado;
- b) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
- c) impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do termo celebrado ou desta Portaria;
- d) não-utilização, total ou parcial, da contrapartida pactuada, na hipótese de não haver sido recolhida na forma prevista no parágrafo único do art. 57;
- e) não-utilização, total ou parcial, dos rendimentos da aplicação financeira no objeto do Plano de Trabalho, quando não recolhidos na forma prevista no parágrafo único do art. 57;
- f) não-aplicação nos termos do § 1º do art. 42 ou não-devolução de rendimentos de aplicações financeiras, no caso de sua não utilização;
- g) não-devolução de eventual saldo de recursos federais, apurado na execução do objeto, nos termos do art. 57; e h) ausência de documentos exigidos na prestação de contas que comprometa o julgamento da boa e regular aplicação dos recursos.

§ 2º A Tomada de Contas Especial será instaurada, ainda, por determinação dos órgãos de Controle Interno ou do Tribunal de Contas da União, no caso de omissão da autoridade competente em adotar essa medida.

§ 3º A instauração de Tomada de Contas Especial ensejará:

I - a inscrição de inadimplência do respectivo instrumento no SICONV, o que será fator restritivo a novas transferências de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União mediante convênios, contratos de repasse e termos de cooperação, nos termos do inciso IV do art. 6º; e o disciplinam.

II - o registro daqueles identificados como causadores do dano ao erário na conta "DIVERSOS RESPONSÁVEIS" do SIAFI.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

Art. 64. No caso da apresentação da prestação de contas ou recolhimento integral do débito imputado, antes do encaminhamento da tomada de contas especial ao Tribunal de Contas da União, deverá ser retirado o registro da inadimplência no SICONV, procedida a análise da documentação e adotados os seguintes procedimentos:

I - aprovada a prestação de contas ou comprovado o recolhimento do débito, o concedente ou contratante deverá:

- a) registrar a aprovação no SICONV;
- b) comunicar a aprovação ao órgão onde se encontre a tomada de contas especial, visando o arquivamento do processo;
- c) registrar a baixa da responsabilidade; e
- d) dar conhecimento do fato ao Tribunal de Contas da União, em forma de anexo, quando da tomada ou prestação de contas anual dos responsáveis do órgão/entidade concedente ou contratante;

II - não aprovada a prestação de contas, o concedente ou contratante deverá:

- a) comunicar o fato ao órgão onde se encontre a Tomada de Contas Especial para que adote as providências necessárias ao prosseguimento do feito, sob esse novo fundamento; e
- b) reinscrever a inadimplência do órgão ou entidade conveniente ou contratado e manter a inscrição de responsabilidade. Art. 65. No caso da apresentação da prestação de contas ou recolhimento integral do débito imputado, após o encaminhamento da tomada de contas especial ao Tribunal de Contas da União, proceder-se-á a retirada do registro da inadimplência, e:

I - aprovada a prestação de contas ou comprovado o recolhimento integral do débito imputado:

- a) comunicar-se-á o fato à respectiva unidade de controle interno que certificou as contas para adoção de providências junto ao Tribunal de Contas da União; e
- b) manter-se-á a baixa da inadimplência, bem como a inscrição da responsabilidade apurada, que só poderá ser alterada mediante determinação do Tribunal;

II - não sendo aprovada a prestação de contas:

- a) comunicar-se-á o fato à unidade de controle interno que certificou as contas para adoção de providências junto ao Tribunal de Contas da União; e
- b) reinscrever-se-á a inadimplência do órgão ou entidade conveniente ou contratado e manter-se-á a inscrição de responsabilidade.

**TÍTULO VI**  
**DA PADRONIZAÇÃO DOS OBJETOS**

Art. 66. A padronização de objetos prevista no [art. 14 do Decreto nº 6.170, de 2007](#), atenderá aos seguintes procedimentos: I - os órgãos responsáveis pelos programas deverão constituir, anualmente, comissão especial que elaborará relatório conclusivo sobre a padronização dos objetos;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

II - o relatório será submetido à aprovação da autoridade competente, que deverá decidir pela padronização ou não dos objetos, registrando no SICONV a relação dos objetos padronizáveis até 31 de outubro de cada ano; e

III - os órgãos responsáveis pelos programas deverão registrar no SICONV, até 15 de dezembro de cada ano, o detalhamento das características dos objetos padronizados.

§ 1º Os órgãos responsáveis pelos programas utilizarão as informações básicas contidas nas atas das licitações e das cotações de preço relativas às contratações realizadas com os recursos repassados como forma de subsidiar a composição dos objetos padronizados.

§ 2º A impossibilidade de padronização de objetos deverá ser justificada no SICONV pela autoridade competente.

**TÍTULO VII**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 67. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Portaria, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Art. 68. Após 31 de dezembro de 2009, os convênios ou contratos de repasse firmados até 31 de dezembro de 2007 e que estejam vigentes deverão ser extintos ou registrados no SICONV nos termos desta Portaria.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no *caput* aos convênios ou contratos de repasse que se encontrarem na situação prevista nos arts. 63 a 65.

Art. 69. O SICONV disponibilizará acesso privilegiado às suas funcionalidades ao Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, ao Congresso Nacional e à Controladoria-Geral da União.

Art. 70. A cotação prévia de preços, prevista nos artigos 45 e 46, será implementada no SICONV a partir de 01 de janeiro de 2009, de acordo com normas a serem expedidas na forma do inciso II do § 4º do art. 13 do Decreto nº 6.170, de 2007.

Art. 71. Os termos de cooperação serão regulados na forma do inciso II do § 4º do art. 13 do Decreto nº 6.170, de 2007.

Art. 72. A utilização dos indicadores de eficiência e eficácia para aferição da qualificação técnica e capacidade operacional das entidades privadas sem fins lucrativos, a que se refere o § 2º do art. 5º, será obrigatória para instrumentos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2011.

Parágrafo único. Os indicadores a que se refere o *caput* deverão ser utilizados como critério de seleção das entidades privadas sem fins lucrativos.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

Art. 73. Todos os atos referentes à celebração, execução, acompanhamento e fiscalização dos termos de parceria celebrados a partir do dia 1º janeiro de 2009 deverão ser realizados ou registrados em módulo específico do SICONV.

Art. 74. Os órgãos e entidades da Administração Pública federal, repassadores de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, referidos no art. 1º, deverão disponibilizar no SICONV seus programas, projetos e atividades, conforme previsto no art. 4º, no prazo máximo de trinta dias a contar da publicação desta Portaria.

Art. 75. Os casos omissos serão dirimidos na forma do art. 13, § 4º, do [Decreto nº 6.170, de 2007](#).

Art. 76. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA  
GUIDO MANTEGA  
JORGE HAGE SOBRINHO

Publicada no D.O.U. de 30/05/2008, Seção I, página 100.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

---

# **ANEXO II**

## **LOCALIDADE E QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

1.1. Central de Apoio aos Núcleos de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas

<b>PROFISSIONAL</b>	<b>LOCAL DE TRABALHO</b>	<b>NÚMERO DE VAGAS</b>	<b>FORMAÇÃO</b>
Advogado	Fátima do Sul	01	Graduado em Direito
Assistente Social	Fátima do Sul	01	Graduado em Serviço Social
Psicólogo	Fátima do Sul	01	Graduado em Psicologia

1.2. Núcleo de Monitoramento de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas de Glória de Dourados

<b>PROFISSIONAL</b>	<b>LOCAL DE TRABALHO</b>	<b>NÚMERO DE VAGAS</b>	<b>FORMAÇÃO</b>
Assistente Social	Glória de Dourados	01	Graduado em Serviço Social
Psicólogo	Glória de Dourados	01	Graduado em Psicologia

1.3. Núcleo de Monitoramento de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas de Deodápolis

<b>PROFISSIONAL</b>	<b>LOCAL DE TRABALHO</b>	<b>NÚMERO DE VAGAS</b>	<b>FORMAÇÃO</b>
Assistente Social	Deodápolis	01	Graduado em Serviço Social
Psicólogo	Deodápolis	01	Graduado em Psicologia



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

---

# **ANEXO III**

## **FICHA DE INSCRIÇÃO**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO MODALIDADE CONCURSO

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nº DE INSCRIÇÃO

CARGO:		
DADOS PESSOAIS		
NOME:		DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____
RG:	ÓRGÃO EMISSOR:	CPF:
ESTADO CIVIL:	NATURALIDADE:	TELEFONE:
ENDEREÇO:		
BAIRRO:	CIDADE:	UF:
XEROX DE DOCUMENTOS ANEXOS: ( ) CPF ( ) RG ( ) CONSELHO DE CLASSE		

ESCOLARIDADE (Todos os cursos devem ter documentos comprobatórios, a serem apresentados, caso seja selecionado).			
Curso de Graduação		Data da Conclusão	/ /
Instituição de Ensino		Carga Horária	
Curso de Especialização		Data da Conclusão	/ /
Instituição de Ensino		Carga Horária	
Curso de Especialização		Data da Conclusão	/ /
Instituição de Ensino		Carga Horária	
Curso de Especialização		Data da Conclusão	/ /
Instituição de Ensino		Carga Horária	
Curso de Especialização		Data da Conclusão	/ /
Instituição de Ensino		Carga Horária	
Curso de Especialização Direito Penal/Proc. Penal		Data da Conclusão	/ /
Instituição de Ensino		Carga Horária	
Curso de Especialização Direito Penal/Proc. Penal		Data da Conclusão	/ /
Instituição de Ensino		Carga Horária	
Curso de Mestrado		Data da Conclusão	/ /
Instituição de Ensino		Carga Horária	
Curso de Doutorado		Data da Conclusão	/ /
Instituição de Ensino		Carga Horária	

APERFEIÇOAMENTO (Todos os cursos devem ter documentos comprobatórios, a serem apresentados, caso seja selecionado).				
	Nome do Curso	Instituição de Ensino	Carga horária	Data da Conclusão
1				/ /
2				/ /
3				/ /
4				/ /
5				/ /
6				/ /
7				/ /
8				/ /



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

CONGRESSOS (Todos os cursos devem ter documentos comprobatórios, a serem apresentados, caso seja selecionado).			
	Congresso	Carga horária	Data da Conclusão
1			/ /
2			/ /
3			/ /
4			/ /
5			/ /
6			/ /
7			/ /
8			/ /

EXPERIÊNCIA (Todos os cargos/ocupação devem ter documentos comprobatórios, a serem apresentados, caso seja selecionado).				
	Cargo/Ocupação	Instituição	Período de Vínculo	Tempo de serviço
1			/ / a	
2			/ / a	
3			/ / a	
4			/ / a	
5			/ / a	
6			/ / a	
7			/ / a	
8			/ / a	
9			/ / a	
10			/ / a	

( ) Declaro que li integralmente e concordo com os termos do edital de seleção do certame ao qual estou me submetendo mediante esta Ficha de Inscrição.

( ) Declaro ser verdadeiras todas as informações que subscrevo nesta Ficha de Inscrição, e que comprovarei, CASO SEJA SELECIONADO, com as cópias ou originais dos respectivos documentos informados, que poderão ser auditadas a qualquer tempo pela Banca Examinadora sob pena de ter minha inscrição excluída do certame e responder a processo nos termos da Lei.

Local e data:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Licitante



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

---

# **ANEXO IV**

## **PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

**QUADROS DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS**

**Quadro 1: Para o profissional técnico especializado da área jurídica (Coordenador).**

	<b>Crerérlos</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor Máximo</b>
1	Curso de especialização, MBA ou similar em qualquer área.	0,2	1,0
2	Curso de especialização, MBA ou similar em Direito Penal ou Direito Processual Penal.	0,5	2,0
3	Curso de mestrado relacionado ao cargo.	1,0	1,0
4	Curso de doutorado relacionado ao cargo.	1,0	2,0
5	Curso de aperfeçoamento relacionado ao cargo (mínimo de C/H 40 horas).	0,2	1,0
6	Congresso na área jurídica (mínimo de C/H 40 horas).	0,2	1,0
7	Experiência em atividade profissional na área de formação, por ano trabalhado.	0,5	2,0
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>			<b>10,0</b>

**Quadro 2: Para os profissionais técnicos especializados das áreas de Serviço Social e Psicologia.**

	<b>Crerérlos</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor Máximo</b>
1	Curso de especialização, MBA ou similar em qualquer área.	0,5	1,0
2	Curso de mestrado relacionado ao cargo.	1,0	2,0
3	Curso de doutorado relacionado ao cargo.	1,0	2,0
4	Curso de aperfeçoamento relacionado ao cargo (mínimo de C/H 40 horas).	0,5	2,0
5	Congresso na área de formação (mínimo de C/H 40 horas).	0,2	1,0
6	Experiência em atividade profissional na área de formação, por ano trabalhado.	0,5	2,0
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>			<b>10,0</b>





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

---

# **ANEXO V**

## **PONTUAÇÃO DA ENTREVISTA**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

**QUADRO DE PONTUAÇÃO DA ENTREVISTA**

ENTREVISTA		
Critérios Observados	Margem de Pontuação	Pontuação
Capacidade de Síntese (capacidade de resumir, sendo objetivo em sua explanação)	01 a 02	
Iniciativa (condições de resolver os problemas por si em situações imprevistas ou encaminhamento correto para as soluções dos problemas)	01 a 02	
Vida funcional e pessoal pregressa	01 a 02	
Perfil do candidato de acordo com as tarefas exigidas no presente edital	01 a 04	
	Pontuação Total	



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

---

# **ANEXO VI**

## **MINUTA DOS CONTRATOS**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

**Minuta CONTRATO Nº XX/PGJ/2011**

Por este instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Capital, na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, por intermédio do Fundo Especial de Apoio de Desenvolvimento do Ministério Público com CNPJ nº 03.464.870/0001-00, nos termos do inciso I do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Francisco Neves Junior**, portador da Carteira de Identidade RG nº 095.029 SSP/MS e do CPF nº 063.292.518-35, doravante denominado CONTRATANTE, por força e nos termos do **Convênio MJ/nº 129/2010**, e **FULANO**, pessoa física, portador do CPF o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, residente na XXXXXXXXXXXXXXXX/MS, denominada CONTRATADO, resolvem firmar o presente Contrato, nos termos do artigo 13, inciso III e §1º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme despacho de fl. 72-78, no Processo PGJ/10/1073/2011, sujeitando-se às normas federais e estaduais cabíveis e demais legislações aplicáveis, em especial aos casos omissos, que se regerá pelas cláusulas contratuais a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto deste Contrato a prestação de serviços de assessoria técnica especializada para dar cumprimento às funções estabelecidas no **Convênio MJ/nº 129/2010**, item 2.3.2, a ser realizada por advogado.

1.2. Este contrato encontra-se expressamente vinculado aos termos do **Convênio MJ/nº 129/2010**, cuja cópia é parte integrante do mesmo.

1.3. Os serviços contratados não serão passíveis de cessão ou transferência.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

2.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais), dividido em parcelas fixas mensais de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais), descontando-se de tais valores os tributos a serem recolhidos, mediante entrega do relatório mensal de atividades, conforme alínea M, do item 2.3.2 do **Convênio MJ/nº 129/2010**.

2.2. Os serviços serão pagos até o quinto dia útil, contados a partir da aceitação do recibo pelo Departamento de Serviços Gerais da Procuradoria-Geral de Justiça, devendo constar o mês da prestação dos serviços.

2.3. O valor constante do Recibo, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até seu efetivo pagamento;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

2.4. Ocorrendo erro na apresentação do recibo, a mesma será devolvida ao CONTRATADO para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova fatura devidamente retificada.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO**

3.1. O prazo para a conclusão dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do Contrato.

3.2. A vigência do Contrato será até o término do prazo para a conclusão dos serviços, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, caso haja prorrogação do **Convênio MJ/nº 129/2010**.

**CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. A despesa decorrente da execução deste Contrato correrá à conta do Programa de Trabalho nº 03.091.0005.2071.0000, Elementos de Despesa nº 339036-Fonte: 81, nos termos das Notas de Empenho nº 2011NEXXXXXX, de XX/XX/2011.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. O CONTRATADO obriga-se a:

5.1.1. Exercer, perante os órgãos públicos e privados, a representação da Central;

5.1.2. Planejar, supervisionar, acompanhar e coordenar a equipe interdisciplinar e todas as atividades desenvolvidas na Central;

5.1.3. Realizar eventos que divulguem a Central e as PMAs;

5.1.4. Realizar reuniões mensais com as instituições a fim de esclarecimentos de dúvidas e orientações;

5.1.5. Facilitar a articulação com as entidades receptoras dos cumpridores;

5.1.6. Articular os contatos com o Poder Judiciário, no sentido de divulgar o trabalho da Central, fomentando o envio dos infratores para que recebam apoio e acompanhamento da pena e da medida alternativa aplicada;

5.1.7. Programar a realização de atividades de capacitação da equipe interdisciplinar;

5.1.8. Programar a realização de atividades de capacitação e profissionalização do público alvo, junto a entidades públicas ou privadas;

5.1.9. Assinar e controlar toda documentação expedida para os outros órgãos públicos e privada que mantenham relações com o NPMAs;

5.1.10. Participar de reuniões mensais com a equipe interdisciplinar, para a avaliação do desenvolvimento das atividades, objetivando a integração da equipe e o planejamento periódico dos trabalhos;

5.1.11. Realizar visitas, quando necessário;

5.1.12. Junto à equipe multidisciplinar, capacitar as instituições receptoras;



## **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

### **Procuradoria-Geral de Justiça**

5.1.13. Emitir relatórios mensais das atividades desenvolvidas, encaminhando-os à Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, relatórios trimestrais e relatório final, encaminhando-os ao Depen - Ministério da Justiça.

5.1.14. Realizar, com apoio da equipe multidisciplinar, o diagnóstico sobre os casos de presos condenados que podem ter sua pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direitos.

5.1.15. Formalizar os pleitos a serem encaminhados ao Tribunal de Justiça de todos os procedimentos necessários para viabilizar a liberdade provisória ou substituição penal.

5.1.16. Realizar análises jurídicas dos processos que chegam à Central, fornecendo subsídios aos demais profissionais para o encaminhamento do infrator;

5.1.17. Realizar análises jurídicas e responsabilizar-se pelos processos em suspensão condicional, substitutiva e transação penal;

5.1.18. Peticionar junto ao Poder Judiciário, sempre que identificados casos de conversão de pena, acompanhando o trâmite processual até a decisão de conversão;

5.1.19. Orientar o infrator acerca dos aspectos jurídicos da pena e/ou medida aplicada, assim como das consequências advindas do seu não cumprimento;

5.1.20. Fornecer suporte técnico-jurídico aos demais profissionais da equipe interdisciplinar;

5.1.21. Tratar com as instituições cadastradas sobre os aspectos legais dos Termos de Compromisso a serem firmados, bem como outras dúvidas relacionadas ao Projeto;

5.1.22. Informar os Juízos correspondentes sobre o andamento da execução da pena ou medida alternativa aplicada;

5.1.23. Realizar visitas, quando necessário;

5.1.24. Emitir relatórios mensais do setor jurídico, encaminhando-os à coordenação, referente às atividades desenvolvidas.

#### **5.2. O CONTRATANTE, compromete-se à:**

5.2.1. efetuar o pagamento ao CONTRATADO, de acordo com a forma e prazos estabelecidos, exigindo na apresentação dos recibos a descrição dos serviços realizados;

5.2.2. comunicar ao CONTRATADO, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de contrato.

### **CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

6.1. A parte que deixar de cumprir as obrigações assumidas neste Contrato e Legislação pertinente estará sujeita às penas previstas na Lei nº 8.666, de 21.6.93, e suas alterações.

6.2. A inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato poderá acarretar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso na execução dos serviços, que não deverá ultrapassar 10% (dez



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

por cento) do valor da contratação, sob pena de rescisão automática do contrato; e multa indenizatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, para a hipótese de não-execução do serviço contratado, independente da multa moratória;

c) Suspensão temporária para participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

6.3. As multas previstas nas alíneas “b” do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas “c” e “d”.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1. A rescisão contratual poderá se dar nas hipóteses previstas no artigo 79 da Lei nº 8.666/93:

7.1.1. determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

7.1.2. amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência do CONTRATANTE.

7.2. No caso de denúncia nos termos da cláusula décima terceira do **Convênio MJ 129/2010**, o presente contrato será rescindido de maneira antecipada, não cabendo para tanto qualquer verba indenizatória.

7.3. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pelo CONTRATANTE, com as cominações previstas na Cláusula Sexta, sem prejuízo das demais previstas na Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

8.1. O Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa responsabilizar-se-á pela fiscalização da execução do objeto contratual, representando o Contratante, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 (subsidiariamente) e determinando o que seja necessário para a regularização das falhas e faltas observados.

**CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

9.1. A este Contrato será dada publicidade, por intermédio de publicação de extrato no Diário Oficial do Ministério Público do estado de Mato Grosso do Sul, nos



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, ficando as despesas por conta do Contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

10.1. As partes contratantes elegem o foro da comarca de Campo Grande-MS, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como competente para dirimir questões oriundas deste Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor.

Campo Grande, 23 de maio de 2011.

**MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**  
**Francisco Neves Junior**  
**Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo**

**Contratado**





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

**Minuta CONTRATO Nº XX/PGJ/2011**

Por este instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Capital, na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, por intermédio do Fundo Especial de Apoio de Desenvolvimento do Ministério Público com CNPJ nº 03.464.870/0001-00, nos termos do inciso I do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Francisco Neves Junior**, portador da Carteira de Identidade RG nº 095.029 SSP/MS e do CPF nº 063.292.518-35, doravante denominado CONTRATANTE, por força e nos termos do **Convênio MJ/nº 129/2010**, e **FULANO**, pessoa física, portador do CPF o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, residente na XXXXXXXXXXXXXXXX/MS, denominada CONTRATADO, resolvem firmar o presente Contrato, nos termos do artigo 13, inciso III e §1º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme despacho de fl. 72-78, no Processo PGJ/10/1073/2011, sujeitando-se às normas federais e estaduais cabíveis e demais legislações aplicáveis, em especial aos casos omissos, que se regerá pelas cláusulas contratuais a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto deste Contrato a prestação de serviços de assessoria técnica especializada para dar cumprimento às funções estabelecidas no **Convênio MJ/nº 129/2010**, item 2.3.2, a ser realizada por assistente social.

1.2. Este contrato encontra-se expressamente vinculado aos termos do **Convênio MJ/nº 129/2010**, cuja cópia é parte integrante do mesmo.

1.3. Os serviços contratados não serão passíveis de cessão ou transferência.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

2.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 28.800,00 (vinte oito mil e oitocentos reais), dividido em parcelas fixas mensais de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), descontando-se de tais valores os tributos a serem recolhidos, mediante entrega do relatório mensal de atividades, conforme alínea I, do item 2.3.2 do **Convênio MJ/nº 129/2010**.

2.2. Os serviços serão pagos até o quinto dia útil, contados a partir da aceitação do recibo pelo Departamento de Serviços Gerais da Procuradoria-Geral de Justiça, devendo constar o mês da prestação dos serviços.

2.3. O valor constante do Recibo, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até seu efetivo pagamento;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

2.4. Ocorrendo erro na apresentação do recibo, a mesma será devolvida ao CONTRATADO para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova fatura devidamente retificada.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO**

3.1. O prazo para a conclusão dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do Contrato.

3.2. A vigência do Contrato será até o término do prazo para a conclusão dos serviços, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, caso haja prorrogação do **Convênio MJ/nº 129/2010**.

**CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. A despesa decorrente da execução deste Contrato correrá à conta do Programa de Trabalho nº 03.091.0005.2071.0000, Elementos de Despesa nº 339036-Fonte: 81, nos termos das Notas de Empenho nº 2011NEXXXXXX, de XX/XX/2011.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. O CONTRATADO obriga-se a:

5.1.1. Realizar a coleta de informações sobre a natureza das atividades das instituições, o número de vagas disponíveis, a habilitação exigida para o trabalho a ser realizado pelo prestador, as condições físicas e de pessoal para acompanhar o cumprimento da pena, as restrições quanto à espécie de delito praticado e os horários para a prestação de serviço;

5.1.2. Entrevistar os infratores, analisando suas condições sócio-econômicas, habilidades e potencialidades com a finalidade de viabilizar o cumprimento da pena ou medida alternativa aplicada, disponibilizando para tanto no mínimo 4 (quatro) horas diárias de segunda a sexta;

5.1.3. Realizar estudo de casos em conjunto com o psicólogo;

5.1.4. Fornecer avaliações sociais acerca da entrevista realizada, indicando a entidade compatível com o perfil psicossocial do infrator;

5.1.5. Acompanhar o infrator na entidade escolhida, a fim de esclarecer as condições de cumprimento da pena ou medida alternativa;

5.1.6. Monitorar o cumprimento da pena e/ou medida alternativa aplicada, verificando quaisquer anormalidades ocorridas quando das visitas realizadas;

5.1.7. Realizar mensalmente capacitações com as entidades e cumpridores visando a participação e envolvimento destas no cumprimento da determinação judicial;

5.1.8. Realizar visitas, quando necessário;

5.1.9. Emitir relatórios do setor de serviço social, encaminhando-os à coordenação, referente às atividades desenvolvidas;

5.1.10. Atender individualmente o cumpridor, quando solicitado.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

5.2. O CONTRATANTE, compromete-se à:

5.2.1. efetuar o pagamento ao CONTRATADO, de acordo com a forma e prazos estabelecidos, exigindo na apresentação dos recibos a descrição dos serviços realizados.

5.2.2. comunicar ao CONTRATADO, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

6.1. A parte que deixar de cumprir as obrigações assumidas neste Contrato e Legislação pertinente estará sujeita às penas previstas na Lei nº 8.666, de 21.6.93, e suas alterações.

6.2. A inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato poderá acarretar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso na execução dos serviços, que não deverá ultrapassar 10% (dez por cento) do valor da contratação, sob pena de rescisão automática do contrato; e multa indenizatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, para a hipótese de não-execução do serviço contratado, independente da multa moratória;

c) Suspensão temporária para participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

6.3. As multas previstas nas alíneas “b” do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas “c” e “d”.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1. A rescisão contratual poderá se dar nas hipóteses previstas no artigo 79 da Lei nº 8.666/93:

7.1.1. determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

7.1.2. amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência do CONTRATANTE.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

7.2. No caso de denúncia nos termos da cláusula décima terceira do **Convênio MJ 129/2010**, o presente contrato será rescindido de maneira antecipada, não cabendo para tanto qualquer verba indenizatória.

7.3. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pelo CONTRATANTE, com as cominações previstas na Cláusula Sexta, sem prejuízo das demais previstas na Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

8.1. O Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa responsabilizar-se-á pela fiscalização da execução do objeto contratual, representando o Contratante, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 (subsidiariamente) e determinando o que seja necessário para a regularização das falhas e faltas observados.

**CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

9.1. A este Contrato será dada publicidade, por intermédio de publicação de extrato no Diário Oficial do Ministério Público do estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, ficando as despesas por conta do Contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

10.1. As partes contratantes elegem o foro da comarca de Campo Grande-MS, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como competente para dirimir questões oriundas deste Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor.

Campo Grande, 23 de maio de 2011.

**MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**  
**Francisco Neves Junior**  
**Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo**

**Contratado**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

**Minuta CONTRATO Nº XX/PGJ/2011**

Por este instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Capital, na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, por intermédio do Fundo Especial de Apoio de Desenvolvimento do Ministério Público com CNPJ nº 03.464.870/0001-00, nos termos do inciso I do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Francisco Neves Junior**, portador da Carteira de Identidade RG nº 095.029 SSP/MS e do CPF nº 063.292.518-35, doravante denominado CONTRATANTE, por força e nos termos do **Convênio MJ/nº 129/2010**, e **FULANO**, pessoa física, portador do CPF o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, residente na XXXXXXXXXXXXXXXX/MS, denominada CONTRATADO, resolvem firmar o presente Contrato, nos termos do artigo 13, inciso III e §1º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme despacho de fl. 72-78, no Processo PGJ/10/1073/2011, sujeitando-se às normas federais e estaduais cabíveis e demais legislações aplicáveis, em especial aos casos omissos, que se regerá pelas cláusulas contratuais a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto deste Contrato a prestação de serviços de assessoria técnica especializada para dar cumprimento às funções estabelecidas no **Convênio MJ/nº 129/2010**, item 2.3.2, a ser realizada por psicólogo.

1.2. Este contrato encontra-se expressamente vinculado aos termos do **Convênio MJ/nº 129/2010**, cuja cópia é parte integrante do mesmo.

1.3. Os serviços contratados não serão passíveis de cessão ou transferência.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

2.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 28.800,00 (vinte oito mil e oitocentos reais), dividido em parcelas fixas mensais de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), descontando-se de tais valores os tributos a serem recolhidos, mediante entrega do relatório mensal de atividades, conforme alínea I, do item 2.3.2 do **Convênio MJ/nº 129/2010**.

2.2. Os serviços serão pagos até o quinto dia útil, contados a partir da aceitação do recibo pelo Departamento de Serviços Gerais da Procuradoria-Geral de Justiça, devendo constar o mês da prestação dos serviços.

2.3. O valor constante do Recibo, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até seu efetivo pagamento;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

2.4. Ocorrendo erro na apresentação do recibo, a mesma será devolvida ao CONTRATADO para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova fatura devidamente retificada.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO**

3.1. O prazo para a conclusão dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do Contrato.

3.2. A vigência do Contrato será até o término do prazo para a conclusão dos serviços, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, caso haja prorrogação do **Convênio MJ/nº 129/2010**.

**CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. A despesa decorrente da execução deste Contrato correrá à conta do Programa de Trabalho nº 03.091.0005.2071.0000, Elementos de Despesa nº 339036-Fonte: 81, nos termos das Notas de Empenho nº 2011NEXXXXXX, de XX/XX/2011.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. O CONTRATADO obriga-se a:

5.1.1. Realizar o levantamento das possíveis instituições assistenciais e de caráter filantrópicas ou públicas, sem fins lucrativos, a serem cadastradas na Central;

5.1.2. Entrevistar o infrator, traçando o seu perfil psicológico, objetivando analisar sua personalidade, bem como suas aptidões para o cumprimento da pena ou medida alternativa, disponibilizando para tanto no mínimo 4 (quatro) horas diárias de segunda a sexta;

5.1.3. Realizar estudo de casos em conjunto com o assistente social;

5.1.4. Fornecer pareceres psicológicos acerca do perfil traçado, no sentido de possibilitar a escolha da instituição adequada ao cumprimento da pena ou medida alternativa;

5.1.5. Acompanhar o infrator na entidade escolhida, a fim de esclarecer as condições de cumprimento da pena ou medida alternativa;

5.1.6. Monitorar o cumprimento da pena e/ou medida alternativa aplicada, na perspectiva primordial da ressocialização, verificando quaisquer anormalidades ocorridas quando das visitas realizadas;

5.1.7. Realizar mensalmente capacitações com as Instituições e cumpridores para melhor recepção do prestador e conseqüente participação no processo de ressocialização;

5.1.8. Emitir relatórios do setor de psicologia, encaminhando-os à coordenação, referente às atividades desenvolvidas;

5.1.9. Realizar visitas, quando necessário;

5.1.10. Atender individualmente o cumpridor, quando solicitado.

5.2. O CONTRATANTE, compromete-se à:

Rua Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 – Jardim Veraneio – CEP 79.031-907  
Campo Grande/MS – Telefone (67) 3318-2000 – [www.mp.ms.gov.br](http://www.mp.ms.gov.br)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

5.2.1. efetuar o pagamento ao CONTRATADO, de acordo com a forma e prazos estabelecidos, exigindo na apresentação dos recibos a descrição dos serviços realizados.

5.2.2 comunicar ao CONTRATADO, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

6.1. A parte que deixar de cumprir as obrigações assumidas neste Contrato e Legislação pertinente estará sujeita às penas previstas na Lei nº 8.666, de 21.6.93, e suas alterações.

6.2. A inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato poderá acarretar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso na execução dos serviços, que não deverá ultrapassar 10% (dez por cento) do valor da contratação, sob pena de rescisão automática do contrato; e multa indenizatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, para a hipótese de não-execução do serviço contratado, independente da multa moratória;

c) Suspensão temporária para participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

6.3. As multas previstas nas alíneas “b” do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas “c” e “d”.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1. A rescisão contratual poderá se dar nas hipóteses previstas no artigo 79 da Lei nº 8.666/93:

7.1.1. determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

7.1.2. amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência do CONTRATANTE.

7.2. No caso de denúncia nos termos da cláusula décima terceira do **Convênio MJ 129/2010**, o presente contrato será rescindido de maneira antecipada, não cabendo para tanto qualquer verba indenizatória.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

7.3. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pelo CONTRATANTE, com as cominações previstas na Cláusula Sexta, sem prejuízo das demais previstas na Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

8.1. O Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa responsabilizar-se-á pela fiscalização da execução do objeto contratual, representando o Contratante, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 (subsidiariamente) e determinando o que seja necessário para a regularização das falhas e faltas observados.

**CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

9.1. A este Contrato será dada publicidade, por intermédio de publicação de extrato no Diário Oficial do Ministério Público do estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, ficando as despesas por conta do Contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

10.1. As partes contratantes elegem o foro da comarca de Campo Grande-MS, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como competente para dirimir questões oriundas deste Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor.

Campo Grande, 23 de maio de 2011.

**MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**  
**Francisco Neves Junior**  
**Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo**

**Contratado**